



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS

AVENIDA DR. DAVID XAVIER DA SILVA, 266 - CENTRO - Congonhinhas - PR
CEP: 86320-000 CNPJ: 75.825.828/0001-88 Telefone: (43) 3554-1212
E-mail: Site:

Solicitação de Compra Nº 86/2022

Solicitante:	Dirceu Domingues de Carvalho	Data da Solicitação: 10/05/2022
Organograma:	0800000000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
Local de Entrega:	MUNICIPIO DE CONGONHINHAS	
Objeto:	Inexigibilidade de Licitação: Caminhão 6x2 equipado com CAÇAMBA BASCULANTE, fab/mod 2021/2021, novo, zero km, marca Mercedes Benz, modelo 2426/36, motor MB/OM 926 LA, 06(seis) cilindros com 256 CV de potência, direção hidráulica, transmissão com 6 (seis) marchas à frente e 01 (uma) ré, pneus radiais 275/80 R22,5, PTB de 23.000 kg (homologado), ar condicionado, rádio USB, vidros e travas elétrica, equipado com com caçamba basculante de 10,0m³ construída em aço SAE1020, ASTM A-36 OU SAC-350	
Justificativa:	Salientada assim, as demandas inerentes a presente secretaria, a qual compreende as suas atividades diárias com o correto funcionamento de suas atribuições, bem como o atendimento a nossa população. Em que a presente contratação, é essencial para maior agilidade na forma de contratação, bem como prezando pela sua economicidade corroborada com pesquisa realizada com base na plataforma Banco de Preços, com média para o item em questão para os itens praticados no mercado.	
Observações:		
Desdobramento:		
Fundamento Legal:		
Justificativa Valores:		
Prazo Execução:		
Modalidade:		

Prefeitura Municipal de Congonhinhas
Estado do Paraná
PROTOCOLO
Nº 317/2022 Hora: 10:33
Data 11/05/2022
Mayara J. Dias
Assinatura

Itens solicitados:

Item	Código	Qtd.	Unid.	Especificação	Preço Unit. Estimado	Preço Total Estimado
1	770101505-1	1,00	UND	Caminhão 6x2 equipado com CAÇAMBA BASCULANTE, fab/mod 2021/2021, novo, zero km, marca Mercedes Benz, modelo 2426/36, motor MB/OM 926 LA, 06(seis) cilindros com 256 CV de potência, direção hidráulica, transmissão com 6 (seis) marchas à frente e 01 (uma) ré, pneus radiais 275/80 R22,5, PTB de 23.000 kg (homologado), ar condicionado, rádio USB, vidros e travas elétrica, equipado com caçamba basculante de 10,0m³ construída em aço SAE1020, ASTM A-36 OU SAC-350 caixa de carga espessura 1/4 (frontal, assoalho, laterais e tampa traseira) confeccionada em chapa de aço estrutural, tomada de orça, caixa de ferramentas, para-choques traseiro de acordo com a resolução 152/03 do CONTRAN	519.968,89	519.968,89

Preço Total: 519.968,89

Dotações Utilizadas:

Dotação	Descrição	Recurso	Valor Previsto
512 - 08.001.15.452.0015.1018.4.1.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente para a Secretaria de Serviços Públicos Municipais	00000.000000.01.07.00.00	519.968,89

Congonhinhas, 10 de Maio de 2022.

11/5/2022
f

Assinatura

Dirceu Domingues de Carvalho
Secretário Mun. de Serviços Públicos
Decreto nº 3340/2022

Estudo Técnico Preliminar 5/2022

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

Este Estudo Técnico Preliminar destina-se a aquisição de Caminhão 6x2 equipado com CAÇAMBA BASCULANTE, fab/mod 2021/2021, novo, zero km, marca Mercedes Benz, modelo 2426/36, motor MB/OM 926 LA, 06(seis) cilindros com 256 CV de potência, direção hidráulica, transmissão com 6 (seis) marchas à frente e 01 (uma) ré, pneus radiais 275/80 R22,5, PTB de 23.000 kg (homologado), ar condicionado, rádio USB, vidros e travas elétrica, equipado com com caçamba basculante de 10,0m³ construída em aço SAE1020, ASTM A-36 OU SAC-350 caixa de carga espessura 1/4 (frontal, assoalho, laterais e tampa traseira) confeccionada em chapa de aço estrutural, tomada de orça, caixa de ferramentas, para-choques traseiro de acordo com a resolução 152/03 do CONTRAN, tanque cheio, emplacado e licenciado em nome do Município com placas devidamente fixadas, lacradas e todas as taxas quitadas para permissão legal de trânsito, garantia de 24 meses da entrada em operação e demais características técnicas constantes no MODELO 07 anexo II DO EDITAL (PROCEDIMENTO LICITATORIO- PF 1021/2021- SRP/DEAM- LOT 02).

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Serviços Públicos	Dirceu Domingues de Carvalho

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O prazo de entrega será quando da assinatura do contrato serão indicados endereço, telefone de contato, nome do servidor (es) e /ou comissão a ser designada pelo Executivo do Município pelo recebimento no horário de expediente. O bem entregue deverá estar de acordo as especificações técnicas contidas no Termo de Referência .

O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no Termo de Referência.

O recebimento definitivo será feito no prazo máximo de até 30 (trinta) dias da expedição do Termo de Recebimento Provisório, depois de conferido o item recebido, consignando eventuais intercorrências.

O contratante devolverá o item ou unidade que não forem aceitos em razão de defeitos ou que estiver de acordo com a proposta ou edital, tendo o contratado o prazo de até 30 (trinta) dias para a substituí-lo, conforme Termo de Referência.

A contratada deverá entregar o caminhão , devidamente licenciado, emplacado e com o tanque cheio, emplacadas e licenciadas em nome da Prefeitura Municipal de Congonhinhas/PR, com placas identificadas devidamente fixadas e lacradas sendo que deverão estar quitadas todas as taxas veiculadas a permissão para trânsito legal do veículo.

O licitador não se responsabilizará pelo armazenamento, guarda ou por danos causados ao equipamento entregue e rejeitado pelos técnicos.

Compete a SEDU com apoio do Paranacidade validar o termo de recebimento provisório e definitivo.

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

5. Levantamento de Mercado

Tendo em vista, a adesão a ata de registro do Estado, cujo levantamento em questão acompanha a presente modalidade de contratação, perfazendo as exigências ao presente levantamento em questão.

Em que acompanham a presente adesão citada acima, a viabilidade corroborada pela pesquisa realizada na plataforma Banco de Preços, com os valores de mercado baseado pela sua média atual.

6. Descrição da solução como um todo

Para atendimento das necessidades da Secretaria requisitante, faz se necessária a presente aquisição para suprir as demandas municipais em relação as atividades inerentes diárias e ao correto funcionamento.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para atendimento das necessidades da Secretaria requisitante, faz se necessária a aquisição do presente objeto que compõe este estudo técnico preliminar.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 519.968,89

Sendo o montante final, proveniente da SEIDU no valor de R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais) , complementando com recurso do Município na forma de Contrapartida Municipal, no valor de R\$ 179.968,89 (cento e setenta e nove mil e novecentos e sessenta e oito reais e oitenta e nove centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666 de 1993, as compras deverão ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda de economia de escala.

Visando um melhor gerenciamento pela Secretaria, a qual não têm condições de armazenar o objeto da contratação, as entregas necessitam ser feitas de forma parcelada, conforme surgirem às necessidades, não sendo este um fator impeditivo para a competitividade entre os fornecedores.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Na presente demanda, tendo em vista a adesão a ata de registro de preços do Governo Estadual.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação pretendida está alinhada com o planejamento da Secretaria requisitante, com o objetivo de manter as atividades diárias desempenhadas.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Pretende-se com a presente contratação, manter as atividades diárias desempenhadas, prezando sempre pela correto desempenho e funcionamento inerentes em questão.

13. Providências a serem Adotadas

Não serão necessárias providências a serem adotadas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não haverá impactos ambientais decorrentes da presente licitação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nos elementos levantados neste Estudo Técnico Preliminar, consideramos viável a contratação, nos termos aqui presentes, conforme adesão em ata de registro de preços do Governo Estadual, pela modalidade inexigibilidade de licitação para o presente objeto.

Salientada assim, as demandas inerentes a presente secretaria, a qual compreende as suas atividades diárias com o correto funcionamento de suas atribuições, bem como o atendimento a nossa população. Em que a presente contratação, é essencial para maior agilidade na forma de contratação, bem como prezando pela sua economicidade corroborada com pesquisa realizada com base na plataforma Banco de Preços, com média para o item em questão para os itens praticados no mercado.

16. Responsáveis


DIRCEU DOMINGUES DE CARVALHO
Secretaria Municipal de Serviços Públicos



Relatório de Cotação: Caminhão Basculante 6 x 2

Pesquisa realizada entre 10/05/2022 13:34:13 e 10/05/2022 13:53:48

Relatório gerado no dia 10/05/2022 13:54:59 (IP: 177.105.175.121)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021.

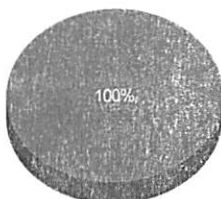
Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021, no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item	Preços	Quantidade	Preço Estimado	Percentual	Preço Estimado Calculado	Total
1) caminhão	3	1 Unidade	R\$ 541.616,67 (un)	-	R\$ 541.616,67	R\$ 541.616,67
Valor Global:					R\$ 541.616,67	

Valor do item em relação ao total

● 1) caminhão



10.0

Quantidade de preços por item

7.5

5.0

2.5

0.0

Item 1

Detalhamento dos Itens

Item 1: caminhão

Preço Estimado: R\$ 541.616,67 (un) Percentual: Preço Estimado Calculado: R\$ 541.616,67 Média dos Preços Obtidos: R\$ 541.616,67

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	caminhão novo, 0 km, cor branca, com especificações de no mínimo: 270cv, cambio 6 marchas a frente e uma a ré manual motor 6 cilindros (6x2) pneus de fabrica, equipado com caçamba basculante de capacidade mínima de 10m³ confeccionada em chapa d e aço.	

Preço (Compras Governamentais) 1: Média das Propostas Iniciais

R\$ 578.000,00

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORBÉLIA/PR

Data: 10/02/2022 09:00

Objeto: Constitui objeto deste PREGÃO Aquisição de 01 (um) veículo tipo Caminhão Caçamba 6x2, conforme Termo de Convênio nº 920548/2021 MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: NÃO

Identificação: Nº Pregão: 12022 / UASG: 987523



Relatório gerado no dia 10/05/2022 13:54:59 (IP: 177.105.175.114)
 Código Validação: c9HVNauD%2b%2fVn%2fBD3O0eDgnVambNKgfmulJLrYcjZulnpMZatOP9QJNpp4Stx0%252fKxEqnPZF1Cys%3d
[http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?](http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=c9HVNauD%252b%252fVn%252fBD3O0eDgnVambNKgfmulJLrYcjZulnpMZatOP9QJNpp4Stx0%252fKxEqnPZF1Cys%253d)
 token=c9HVNauD%252b%252fVn%252fBD3O0eDgnVambNKgfmulJLrYcjZulnpMZatOP9QJNpp4Stx0%252fKxEqnPZF1Cys%253d

Descrição: Caminhão - Caminhão Novo, 0 Km, cor branca, com especificações de no mínimo: 270CV, Cambio 6 marchas a frente e uma a ré Manual, Motor 6 cilindros (6x2) pneus de fábrica, equipado com caçamba Basculante de capacidade mínima de 10m³ confeccionada em chapa de aço.

Lote/Item: /1

Ata: Link Ata

Adjudicação: 14/02/2022 11:24

Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br

Quantidade: 1

Unidade: Unidade

UF: PR

CNPJ

RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR

VALOR DA PROPOSTA INICIAL

04.640.295/0001-11 POSSOLI CAMINHOES LTDA

R\$ 568.000,00

* VENCEDOR *

Marca: IVECO

Fabricante: IVECO - ON-HIGHWAY BRASIL LTDA

Modelo: TECTOR 24 280 6X2 2022/22 COM CAÇAMBA DE 10m³

Descrição: 01 (HUM) Caminhão Iveco Tector 24 280 6x2, Cor Branca 0km, Motor 06 Cilindros de 280cv, ano de fabricação 2022/2022, Tanque de 275litros, Transmissão manual de 06 marchas a frente e uma a ré, freios ABS, Sistema, Ar condicionado, vidros elétricos, rádio com USB, Sistema elétrico de 24V, Pneus 275/80R22,5, Rodas de aço 22,5. Equipado com Caçamba Basculante de 10m³, Marca Rodoeixo, tampa traseira abertura normal e lateral tipo porteira, atendendo a especificações que é solicitado na descrição do Edital. • O valor global para a execução do objeto é de R\$568.000,00 (Quinhentos e sessenta e oito mil reais). • O prazo de validade da proposta de preços é de 60(sessenta) dias a partir da data da sessão. • O prazo de fornecimento é de até (90) (noventa) dias contados a partir da data de assinatura do Contrato de Fornecimento. • Prazo de garantia do objeto é de 12 meses (um ano). • Assistência técnica conforme solicitado nest e Edital. Rod BR 277 Km 582,3 S/N Tel. 45 3227-2022 - Cascavel - Paraná

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
PR	Cascavel	BR 277, KM 582	GENARO	(45) 3227-2022	genaro.dutra@possoli.com.br

23.008.729/0001-00 INGA CAMINHOES LTDA

R\$ 583.000,00

Marca: Mercedes-Benz

Fabricante: Mercedes-Benz

Modelo: ATEGO 2430 ZERO KM COM CAÇAMBA

Descrição: Caminhão Mercedes-Benz zero km implementado conforme o termo de referencia do edital 012022Caminhão Novo, 0 Km, cor branca, com especificações de no mínimo: 270CV, Cambio 6 marchas a frente e uma a ré Manual, Motor 6 cilindros (6x2) pneus de fábrica, equipado com caçamba Basculante de capacidade mínima de 10m³ confeccionada em chapa de aço.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
SC	Içara	ROD BR 101, S/NR.	(49) 3631-1118/ (41) 3360-3200	carin.coppini@ingaveiculos.com.br

32.426.859/0001-53 TRANSFORMAT COMERCIO E SERVICOS LTDA

R\$ 583.000,00

Marca: IVECO

Fabricante: IVECO

Modelo: TECTOR 24-280

Descrição: Caminhão Novo, 0 Km, cor branca, com especificações de no mínimo: 270CV, Cambio 6 marchas a frente e uma a ré Manual, Motor 6 cilindros (6x2) pneus de fábrica, equipado com caçamba Basculante de capacidade mínima de 10m³ confeccionada em chapa de aço.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
GO	Goiânia	R C161, 1568	(62) 8125-8880	thiago.delanoinvestimentos@gmail.com

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Média das Propostas Iniciais

R\$ 492.600,00

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATA / (13) SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DESENVOLVIMENTO RURAL

Objeto: Aquisição de 01 (um) CAMINHÃO TIPO TRUCADO, ZERO QUILOMETRO, COM PRESTAÇÃO DE ASSISTENCIA TÉCNICA E GARANTIA, conforme especificações contidas no termo de referência.

Data: 21/12/2021 13:30

Modalidade: Pregão

SRP: NÃO

Identificação: NºLicitação 911873

Lote/Item: 1/1

Ata: Link Ata

Adjudicação: 23/12/2021 16:01

Homologação: 23/12/2021 16:01

Fonte: www.licitacoes-e.com.br

Quantidade: 1

UF: PE



Descrição: CAMINHAO - CAMINHÃO TIPO TRUCADO, ZERO QUILOMETRO, de cor branca, ano/modelo de fabricação 2021/2022, 6x2, motor diesel com no mínimo de 6 cilindros, potência mínima 256 CV, transmissão (manual), acionada a cabo com mínimo de 6 marchas a frente e sincronizadas a frente e 01 (uma) à ré, embreagem tipo hidráulica assistido a ar, suspensão dianteira e traseira com feixes de mola, amortecedores de dupla ação e barra estabilizadora, direção hidráulica, câmbio manual, Pneus e rodas originais de fábrica, sendo que a fabricação dos pneus deverá ser do ano corrente ou, no máximo, no prazo de 12 (doze) meses contados da data de entrega do veículo, ar condicionado, vidros e travas elétricas, peso bruto total 23.000 Kg, carga útil máxima 15 mil Kg, distância entre eixos 4,80m, Caçamba metálica basculante de cor branca com capacidade mínima de 12 m³, sistema hidráulico com ação direta, bomba hidráulica, tomada de força acoplada e demais descrições/especificações contidas no item 1.1 do termo de referência.

CNPJ

RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR

VALOR DA PROPOSTA INICIAL

31.724.745/0001-27 GALLOTTI TRUCKS PE COMERCIO DE AUTOMOTORES LTDA
* VENCEDOR *

R\$ 492.600,00

Marca: Marca não informada

Fabricante: Fabricante não informado

Descrição: CAMINHÃO TIPO TRUCADO, ZERO QUILOMETRO, de cor branca, ano/modelo de fabricação 2021/2022, 6x2, motor diesel com no mínimo de 6 cilindros, potência mínima 256 CV, transmissão (manual), acionada a cabo com mínimo de 6 marchas a frente e sincronizadas a frente e 01 (uma) à ré, embreagem tipo hidráulica assistido a ar, suspensão dianteira e traseira com feixes de mola, amortecedores de dupla ação e barra estabilizadora, direção hidráulica, câmbio manual, Pneus e rodas originais de fábrica, sendo que a fabricação dos pneus deverá ser do ano corrente ou, no máximo, no prazo de 12 (doze) meses contados da data de entrega do veículo, ar condicionado, vidros e travas elétricas, peso bruto total 23.000 Kg, carga útil máxima 15 mil Kg, distância entre eixos 4,80m, Caçamba metálica basculante de cor branca com capacidade mínima de 12 m³, sistema hidráulico com ação direta, bomba hidráulica, tomada de força acoplada e demais especificações contidas no item 1.1 do termo de referência. MARCA IVECO/MODELO TECTOR 24-280 COM VASCULANTE DE 12M³. FOLHETO NO SITE: https://www.iveco.com/Brasil/collections/technical_sheets/Documents/INL-0100-20P%20Laminas%20Tecnica%20Tector%2024-280%206x2_PO_bx.pdf IIIIIII DECLARAMOS QUE NO (S) preço (S) praticado(s) estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto licitado até a entrega definitiva. DECLARAMOS QUE validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão de abertura do Pregão.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
PE	Jabcatão dos Guararapes	ROD BR 101 NOVO TRACADO SN KM 91,63 SN	(79) 9894-9460 / (79) 3211-5778	contratos@grupogalotti.com.br

Preço (Outros Entes Públicos) 2: Média das Propostas Iniciais

R\$ 554.250,00

Inc II Art. 5º da IN 55 de 07 de Julho de 2021

Órgão: MUNICÍPIO DE ITUMBIARA/GO

Objeto: PREGÃO ELETRÔNICO, tipo "Menor Preço", sob o julgamento de menor preço por Item, objetivando REGISTRO DE PREÇOS para FUTURA e EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS, MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA do Município de Itumbiara/GO, conforme especificações do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

Data: 27/10/2021 08:00

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

SRP: SIM

Identificação: 30970

Lote/Item: 6/6

Ata: Link Ata

Fonte: licitnet.com.br

Quantidade: 6

Unidade: UNID.

UF: GO



Relatório gerado no dia 10/05/2022 13:54:59 (IP: 177.105.175.114)

Código Validação: c9HVNaUD%2b%2fV/m%2fB33C0eDghVambNKgfmulJLrYcjZuinpMZatOP9QJNpp4Sx0%2RkxEqnPZF1Cys%3d
[http://www.bancodeprecos.com.br/CertificacaoAutenticidade?](http://www.bancodeprecos.com.br/CertificacaoAutenticidade?token=c9HVNaUD%252b%252fV/m%252fB33C0eDghVambNKgfmulJLrYcjZuinpMZatOP9QJNpp4Sx0%252fRkxEqnPZF1Cys%253d)

Descrição: CAMINHÃO BASCULANTE 6X2 - CAMINHÃO BASCULANTE 6X2, EQUIPADO COM CAÇAMBA BASCULANTE COM CAPACIDADE DE 10 M³ - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS - CAMINHÃO: COR: BRANCO; ESTADO: VEÍCULO NOVO, ZERO QUILOMETRO; MOTOR: DIESEL, ADEQUADO AS LEGISLAÇÕES NACIONAIS, INCLUSIVE AS NORMAS DO CONAMA PROCONVE P7; NO MÍNIMO 06 CILINDROS, PBT (PESO BRUTO TOTAL): 23 TONELADAS; POTÊNCIA MÍNIMA: 270 CV; SISTEMA DE INJEÇÃO: ELETRÔNICA; DIREÇÃO: HIDRÁULICA; CABINE: CABINE CURTA PARA 01(UM) MOTORISTA E 02(DOIS) PASSAGEIROS, CONFECCIONADA TOTALMENTE EM AÇO ESTAMPADO E/OU ESTRUTURADA EM AÇO REVESTIDO EM FIBRA DE VIDRO, EM CONSONÂNCIA COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR; EQUIPADA COM AR CONDICIONADO, ASSENTO ERGONÔMICO DO MOTORISTA COM SUSPENSÃO PNEUMÁTICA; CAPAS PARA TODOS OS BANCOS, IMPERMEABILIZADA; CINTOS DE SEGURANÇA RETRÁTEIS DE 03 PONTAS; RÁDIO AM/FM E ALTO-FALANTES, COM ANTENA EXTERNA, INSTALADOS NA CABINE; SISTEMA DE TOMADA 12 OU 24 V NO INTERIOR DA CABINE; TACÓGRAFO ELETRÔNICO COM REGISTRO DIÁRIO; TAMPAS DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CHAVE; TAPETES DE BORRACHA REMOVÍVEIS; VELOCÍMETRO EM KM/H, PNEU SOBRESSALENTE COMPLETO FIXADO NA ESTRUTURA DO CAMINHÃO; - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS - IMPLEMENTO BASCULANTE: VOLUME NOMINAL DA CAÇAMBA: 10 (DEZ) M³; CAIXA DE CARGA (CAÇAMBA): FEITA EM AÇO CONFORME NORMAS VIGENTES NO MERCADO NACIONAL, COM CANTOS ARREDONDADOS E ESPESURA DE 5/16"; TRAVESSA E COLUNAS DE REFORÇO EM PERFIS EM "U", ESPESURA 3/8"; TAMPA TRASEIRA COM MECANISMO DE ABERTURA E FECHAMENTO, EM CHAPA DE 4,75MM; PROTETOR DE CABINE EM CHAPA 2,65MM COM VIGA DE REFORÇO E BORDAS ELEVADAS; ASSOALHO EM CHAPA 6,00 MM; CONTROLES DO BASCULANTE INTERNOS A CABINE, HIDRÁULICO: 02 CILINDROS 7", BOMBA ACOPLADA, ACIONAMENTO PNEUMÁTICO, RESERVATÓRIO DE ÓLEO; ACESSÓRIOS: CAIXA DE FERRAMENTAS, DEGRAU NA LATERAL DA CAIXA, SUPORTE DE LANTERNA FIXADO NA CAIXA, PARA-CHOQUE MÓVEL, PARA-LAMAS MISTO FIXADO NO CHASSI E PARAFUSADO. GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO.

CNPJ	RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR	VALOR DA PROPOSTA INICIAL
41.647.068/0001-44	APARECIDA CAMINHOES E ONIBUS EIRELI	R\$ 512.500,00
* VENCEDOR *		
Marca: iveco Fabricante: Fabricante não informado Modelo: tector 24-280 6x2 Descrição: Descrição não informada		
Estado: GO	Cidade: Aparecida de Goiânia	Endereço: ROD BR-153, SN
		Telefone: (62) 3086-9911 / (62) 3086-8010
		Email: edson.rezende@tzi.com.br
35.963.155/0001-08	COVEZI CAMINHOES E ONIBUS LTDA	R\$ 512.500,00
Marca: IVECO Fabricante: Fabricante não informado Modelo: TECTOR 24-280 6X2 Descrição: Descrição não informada		
Estado: GO	Cidade: Aparecida de Goiânia	Endereço: AV GOIAS, SN
		Telefone: (62) 9165-2486
		Email: valdemar@stegia.com.br
29.887.078/0001-51	FIBRA DISTRIBUICAO & LOGISTICA EIRELI	R\$ 512.500,00
Marca: IVECO Fabricante: Fabricante não informado Modelo: TECTOR 24-280 (6X2) Descrição: Descrição não informada		
Estado: GO	Cidade: Goiânia	Endereço: AV VILLE, 180
		Telefone: (62) 9982-1494
		Email: fibradistribuicao@gmail.com
02.212.918/0001-20	BELCAR CAMINHOES E MAQUINAS LTDA	R\$ 538.000,00
Marca: VOLKSWAGEN Fabricante: Fabricante não informado Modelo: 24.280 Descrição: Descrição não informada		
Estado: GO	Cidade: Goiânia	Endereço: ROD BR 153, S/N
		Telefone: (062) 2811-6566



CNPJ

RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR

VALOR DA PROPOSTA INICIAL

15.332.890/0001-06 RODA BRASIL - REPRESENTACOES COMERCIO E SERVICOS LTDA

R\$ 550.000,00

Marca: Volvo

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo: VM 270 6x2

Descrição: Descrição não informada

Estado: Cidade: Endereço:
SP Cruzeiro R PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 184Telefone:
(12) 3144-0013Email:
ascontabil@superig.com.br

21.380.013/0001-03 FAVORITA COMERCIO E SERVICOS LTDA

R\$ 700.000,00

Marca: iveco

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo: tector 24/280

Descrição: Descrição não informada

Estado: Cidade: Endereço:
GO Goiânia AV NADRA BUFAICAL, 451Telefone:
(62) 9963-0722

LAUDO DA COTAÇÃO

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Preço estimado do item calculado pela fórmula Média Aritmética dos preços obtidos:

Item 1 - caminhão

- 1 preço do portal Compras Governamentais praticados pela Administração Pública de licitações homologadas/adjudicadas no dia 10/02/2022, calculado pela fórmula Média das Propostas Iniciais.
- 2 preços de Aquisições e contratações similares de outros entes públicos homologadas/adjudicadas entre os dias 27/10/2021 e 21/12/2021, calculados pela fórmula Média das Propostas Iniciais.

DESCRITIVO DE FÓRMULAS UTILIZADAS

Média das Propostas Iniciais

- Capta os preços iniciais da licitação e aplica a média aritmética. A média (Me) é calculada somando-se todos os valores de um conjunto de dados e dividindo-se pelo número de elementos deste conjunto.



CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº / 20 PM

CONTRATANTE: O Município de **CONGONHINHAS**, pessoa jurídica de direito público, com sede na **AV. DR. DAVI XAVIER DA SILVA, 266**, inscrito no CNPJ nº **75.825.828/0001-88**, representado neste ato pelo(a) Sr(a) **JOSÉ OLEGÁRIO RIBEIRO LOPES**, em pleno exercício de seu mandato e funções.

CONTRATADA: **SAVANA COM. DE VEÍCULOS LTDA - S JOSÉ DOS PINHAIS**, inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º **24.706.364/0001-50**, com sede no(a) **Rodovia do Contorno Leste, BR 116, nº 5616 - Quis, São José dos Pinhais - PR**, neste ato representado por , inscrito(a) no CPF sob o n.º , portador(a) da carteira de identidade n.º , residente e domiciliado no(a) , e-mail e telefone

1 OBJETO:

Aquisição de equipamentos rodoviários (caminhões), conforme descrito no Termo de Referência (Anexo I do Edital) sendo:

1.1 Aquisição de Equipamento(s) Rodoviário(s) sendo: Lote 1 - 01 (UM) CAMINHÃO 6x2 equipado com CAÇAMBA BASCULANTE, Fabricação/Modelo 2021/2021, novo, zero km, marca Mercedes Benz, modelo 2426/36, motor MB/OM 926 LA, 06 (seis) cilindros com 256 CV de potência, direção hidráulica, transmissão com 6 (seis) marchas à frente e 01 (uma) ré, pneus radiais 275/80R22,5, PBT de 23.000 kg (homologado), ar condicionado, rádio, USB, vidros e travas elétrica, equipado com caçamba basculante de 10,0 m³ construída em aço SAE1020, ASTM A-36 ou SAC-350 caixa de carga espessura 1/4, (frontal, assoalho, laterais e tampa traseira) confeccionada em chapa de aço estrutural, tomada de força, caixa de ferramentas, para-choques traseiro de acordo com a resolução 152/03 do CONTRAN, tanque cheio, emplacado e licenciado em nome do Município com placas devidamente fixadas, lacradas e todas as taxas quitadas para permissão legal de trânsito, garantia de 24 meses da entrada em operação e demais características técnicas constantes no MODELO 07 anexo II do edital - (Procedimento Licitatório - PE 1021/2021 - SRP-SEAP/DEAM - Lote 2).

2 FUNDAMENTO:

Este Contrato decorre do Pregão Eletrônico nº 1021/2021, objeto do processo administrativo protocolo nº 17.826.006-5, com homologação publicada no Diário Oficial do Estado nº 11112, de 07/02/2022.

3 FORMA DE FORNECIMENTO:

O(s) bem(ns) deverá(ão) ser fornecido(s), no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da assinatura do contrato.

4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste Contrato.

4.2 O valor total do Contrato é de R\$ (zero de reais).

4.3 No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do Contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

5 DA RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

5.1 A responsabilidade pela gestão deste Contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 5.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 72 do Decreto Estadual n.º 4.993/2016.

5.2 A responsabilidade pela fiscalização do presente Contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 5.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 73 e 74 do Decreto Estadual nº 4.993/2016.

5.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do Contrato serão designados por Portaria do Contratante.

5.4 As partes designarão prepostos credenciados para coordenar e acompanhar as atividades, ações e resoluções de assuntos de sua responsabilidade, referente à execução deste Contrato, observadas as seguintes condições e formalidades mínimas:

a) os prepostos credenciados poderão realizar esclarecimentos, complementações e solucionar divergências, desde que não alterem este Contrato, em reuniões documentadas em atas e assinadas pelos credenciados;

b) todas as comunicações sobre a execução deste Contrato serão formalizadas por escrito e dirigidas ao preposto credenciado da outra parte, ressalvados os entendimentos verbais, determinados pela urgência dos trabalhos, que serão, logo após, reduzidos a termo;

c) a gestão e a fiscalização serão exercidas pelo órgão ou entidade Contratante, que avaliará os bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

5.5 Caberá a SEDU com apoio do Paranáidade supervisionar e/ou anular, por si ou por delegação de poderes, o recebimento do(s) bem(ns) pelo Contratante.

6 PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

6.1 Quando da assinatura do contrato serão indicados endereço, telefone de contato, nome do servidor(es) e/ou comissão a ser designada pelo executivo do Município pelo recebimento no horário de expediente de cada Município. Os bens entregues deverão estar de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

6.2 O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no Termo de Referência.

6.3 O recebimento definitivo será feito no prazo de até 30 (trinta) dias da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências.

6.4 O Contratante devolverá o(s) item(ns) ou unidade(s) que não for(em) aceito(s) em razão de defeito(s) ou que não estiver(em) de acordo com a proposta ou com o edital, tendo o(a) Contratado(a) o prazo de até 30 (trinta) dias para substituí-lo(s), conforme termo de referência.

6.5 A(s) contratada(s) deverá(ão) entregar o(s) Caminhão(ões), devidamente

licenciado(s), emplacado(s) e com o(s) tanque(s) cheio(s), emplacadas e licenciadas em nome do órgão público adquirente, com placas identificadas devidamente fixadas e lacradas sendo que deverão estar quitadas todas as taxas veiculadas à permissão para trânsito legal dos veículos.

6.6 O licitador não se responsabilizará pelo armazenamento, guarda ou por danos causados ao equipamento entregue e rejeitado pelo(s) técnico(s).

6.7 Compete a SEDU com apoio do Paranácidade validar o termo de recebimento provisório e definitivo.

7 FONTE DE RECURSOS:

7.1 A despesa correrá por conta da dotação orçamentária **6702.15.451.01.5058.4.4.40.42.01**, elemento de despesa **4.4.40.42.01**, fonte **100**, com a seguinte composição: **Recursos não reembolsáveis provenientes da SEDU no valor de: R\$340.000,00; complementando com recursos do Município, na forma de Contrapartida Municipal, no valor de: R\$179.968,89**, por conta da dotação orçamentária

8 VIGÊNCIA:

8.1 O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados de _____ a _____, adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários nos termos do artigo 103 da Lei nº 15608/2007.

9 PAGAMENTO:

9.1 Os pagamentos serão feitos no prazo máximo de 30 (trinta) dias da apresentação da nota fiscal atestada e do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

9.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

9.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

9.3 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) I = (6/100)$$

365

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

9.4 A multa, de 10% (dez por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, será aplicada no caso de inexecução total ou parcial do contrato.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

10.1 As partes obrigam-se a adotar todas as providências para a fiel execução deste Contrato.

10.2 O Contratado obriga-se especialmente a:

10.2.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de garantia ou validade, número da licitação, número do contrato, e acompanhado do catálogo de peças de reposição, enumeradas e ordenadas com seus códigos de fabricante (impresso ou meio magnético), manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada quando cabível;

10.2.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990);

10.2.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.2.4 providenciar a substituição do bem entregue e rejeitado que não atenda às especificações técnicas do objeto licitado, no prazo fixado no termo de referência;

10.2.5 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.2.6 indicar preposto para representá-la durante a execução do Contrato;

10.2.7 manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.2.8 manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.2.9 o Contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

10.2.10 responsabilizar-se pelo armazenamento, guarda ou por danos causados ao equipamento entregue e rejeitado pelo(s) técnico(s);

10.2.11 garantir a qualidade do equipamento contra defeitos mecânicos pelo período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses e oferecer treinamento para operação do(s) mesmo(s) (se necessário);

10.2.12 durante o prazo de garantia de 24 (vinte e quatro) meses, caso não seja possível a solução do problema no próprio local onde se encontre o equipamento e havendo a necessidade de transporte para oficina própria da proponente, fica sob responsabilidade da CONTRATADA todo ônus com transporte, locomoção,

alimentação, hospedagem e outros que por ventura se fizerem necessários à perfeita solução do problema;

10.2.13 assegurar durante o período da garantia de 24 (vinte e quatro) meses, às suas expensas, e após a garantia, pelo prazo mínimo 60 (sessenta) meses, às expensas do CONTRATANTE, as alterações, substituições e reparos de toda e qualquer peça que apresente anomalia, vício ou defeito de fabricação, bem como, falhas ou imperfeições constatadas em suas características de operação, sob pena, de aplicação da penalidade prevista no item 11.;

10.2.14 após o período de garantia de 24 (vinte e quatro) meses a CONTRATADA fica obrigada, às expensas da CONTRATANTE, por prazo não inferior a 60 (sessenta) meses, disponibilizar Assistência Técnica no Estado do Paraná.

10.2.14.1 A empresa vencedora do certame deverá apresentar, no ato da assinatura deste contrato, a relação da(s) Assistência(s) Técnica(s) autorizada(s) no Estado do Paraná.

10.2.15 realizar os reparos e/ou reposição de peças, indispensáveis para o uso do equipamento, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de comunicação do evento pela Contratante;

10.2.16 providenciar a substituição do(s) objeto(s) licitado(s), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de comunicação do evento pela Contratante;

10.2.17 entregar o(s) equipamento(s) com a logo do programa, conforme modelo fornecido.

10.3 O Contratante obriga-se a:

10.3.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;

10.3.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.3.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.3.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção, conforme termo de referência;

10.3.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de servidores especialmente designados;

10.3.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos;

10.3.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.3.8 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 PENALIDADES:

11.1 O Contratado que incorra em infrações, sujeitam-se às seguintes sanções administrativas:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por

prazo não superior a 05 (cinco) anos;

e) impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

11.2 As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" e "e" do item anterior poderão ser aplicadas ao adjudicatário e ao Contratado, cumulativamente com a multa.

11.3 Advertência será aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e de contratação.

11.4 A multa, de 0,1% (zero vírgula um por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do lote no qual participou, será aplicada a quem:

- a) retardar ou impedir o andamento do procedimento licitatório;
- b) não mantiver sua proposta;
- c) apresentar declaração falsa;
- d) deixar de apresentar documento na fase de saneamento.

11.5 A multa, de 0,1% (zero vírgula um por cento) até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou foi arrematante, será aplicada a quem:

- a) apresentar documento falso;
- b) de forma injustificada, deixar de assinar a Ata de Registro de Preços, o Contrato ou instrumento equivalente;
- c) foi advertido e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s).

11.6 Multa de mora diária de até 0,3% (zero vírgula três por cento), calculada sobre o valor global do Contrato, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega do objeto contratual; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia será cabível a multa compensatória prevista no item 11.7.

11.7 A multa, de 10% (dez por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, será aplicada no caso de inexecução total ou parcial do Contrato.

11.8 A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, será aplicada ao licitante que:

- a) abandonar a execução do Contrato;
- b) incorrer em inexecução contratual.

11.9 A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será aplicada a quem:

- a) fizer declaração falsa na fase de habilitação;
- b) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;
- c) afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;
- e) tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- f) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial, infrações à ordem econômica definidos na Lei

Federal nº 12.529/2011;

g) tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

11.10 O impedimento de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será aplicado a quem:

a) recusar-se injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, a assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido neste edital;

b) deixar de entregar documentação exigida para o certame;

c) apresentar documentação falsa;

d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

e) não manter a proposta;

f) falhar ou fraudar na execução do Contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo, fora das hipóteses da cláusula 11.9;

h) cometer fraude fiscal.

11.11 Cabe ao órgão e/ou entidade contratante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nas Ata de Registro de Preços ou no instrumento contratual, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.

11.11.1 Na hipótese do item 11.11, a autoridade máxima do órgão e/ou entidade contratante é a autoridade competente para impor as penalidades previstas no item 11.1, alíneas "c", "d" e "e".

11.12 Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com a Administração ou da declaração de inidoneidade:

a) às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

b) as pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas na alínea "a".

11.13 Na aplicação das sanções, a Administração observará as seguintes circunstâncias:

a) proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;

b) os danos resultantes da infração;

c) situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;

d) reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza após aplicação da sanção anterior; e

e) circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração.

11.14 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as

disposições da Lei Estadual nº 15.608/2007, da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.15 Sem prejuízo das penalidades previstas nas cláusulas anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846/2013, regulamentada, no âmbito do Estado do Paraná, pelo Decreto Estadual nº 10.271/2014.

11.16 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

11.17 Todas as penalidades descritas neste Contrato somente serão efetivamente aplicadas após instauração de regular processo administrativo.

11.18 Após decisão definitiva proferida no processo administrativo, as multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta da Administração, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, sob pena de seu valor ser descontado da garantia do Contrato ou do documento de cobrança, na ocasião do pagamento, podendo, ainda, ser exigida judicialmente.

12 CASOS DE RESCISÃO:

12.1 O presente instrumento poderá ser rescindido:

a) por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII a XX do art. 129 da Lei Estadual nº 15.608/2007;

b) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no respectivo procedimento administrativo, desde que haja conveniência para a Administração; ou

c) judicialmente, nos termos da legislação.

12.2 No caso de rescisão amigável, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

12.3 Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

12.4 O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de rescisão administrativa por inexecução total ou parcial deste Contrato.

13 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

13.1 Este Contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas no art. 112 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

13.1.1 O Contratado está obrigado a aceitar acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

13.2 É admissível a continuidade do Contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da

Administração à continuidade do Contrato.

13.3 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao Contrato.

13.4 Não será admitida a subcontratação do fornecimento.

14 DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1 Integram o presente Contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

14.2 Este Contrato é regido pela Lei Estadual n.º 15.608/2007, pela Lei Federal n.º 10.520/2002 e, subsidiariamente, pela Lei Federal n.º 8.666/1993 e demais leis estaduais e federais sobre Contratos administrativos, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente Contrato.

14.3 O Contratante enviará o resumo deste Contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná.

14.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca de _____, Estado do Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Congonhinhas, de 20

Contratante: Município de Congonhinhas

Contratado: SAVANA COM. DE VEÍCULOS LTDA - S José dos Pinhais

Testemunhas

1 – Nome, RG ou CPF/MF:

2 – Nome, RG ou CPF/MF:

EXTRATO DO CONTRATO Nº 120 - PM

CONTRATANTE: O Município de CONGONHINHAS, pessoa jurídica de direito público, com sede na AV. DR. DAVI XAVIER DA SILVA, 266, inscrito no CNPJ nº 75.825.828/0001-88, representado neste ato pelo(a) Sr(a) JOSÉ OLEGÁRIO RIBEIRO LOPES, em pleno exercício de seu mandato e funções, nomeado pelo Decreto Decreto nº 8284 de 21/11/2017, inscrito(s) no CPF sob nº , portador da carteira de identidade nº

CONTRATADA: SAVANA COM. DE VEÍCULOS LTDA - S JOSÉ DOS PINHAIS, inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º 24.706.364/0001-50, com sede no(a) Rodovia do Contorno Leste, BR 116, nº 5616 - Quis, São José dos Pinhais - PR, neste ato representado por inscrito(a) no CPF sob o n.º , portador da carteira de identidade n.º , residente e domiciliado no(a) , e-mail e telefone

OBJETO: Fornecimento de Aquisição de Equipamento(s) Rodoviário(s) sendo: Lote 1 - 01 (UM) CAMINHÃO 6x2 equipado com CAÇAMBA BASCULANTE, Fabricação/Modelo 2021/2021, novo, zero km, marca Mercedes Benz, modelo 2426/36, motor MB/OM 926 LA, 06 (seis) cilindros com 256 CV de potência, direção hidráulica, transmissão com 6 (seis) marchas à frente e 01 (uma) ré, pneus radiais 275/80R22,5, PBT de 23.000 kg (homologado), ar condicionado, rádio, USB, vidros e travas elétrica, equipado com caçamba basculante de 10,0 m³ construída em aço SAE1020, ASTM A-36 ou SAC-350 caixa de carga espessura 1/4, (frontal, assoalho, laterais e tampa traseira) confeccionada em chapa de aço estrutural, tomada de força, caixa de ferramentas, para-choques traseiro de acordo com a resolução 152/03 do CONTRAN, tanque cheio, emplacado e licenciado em nome do Município com placas devidamente fixadas, lacradas e todas as taxas quitadas para permissão legal de trânsito, garantia de 24 meses da entrada em operação e demais características técnicas constantes no MODELO 07 anexo II do edital - (Procedimento Licitatório - PE 1021/2021 - SRP-SEAP/DEAM - Lote 2).

RECURSOS: A despesa correrá por conta da dotação orçamentária 6702.15.451.01.5058.4.4.40.42.01, elemento de despesa 4.4.40.42.01, fonte 100, com a seguinte composição: Recursos não reembolsáveis provenientes da SEDU no valor de: R\$340.000,00; complementando com recursos do Município, na forma de Contrapartida Municipal, no valor de: R\$179.968,89, por conta da dotação orçamentária.

FATURAMENTO: deverá ser apresentado e protocolado, em 01 (uma) via, na sede do CONTRATANTE.

APLICAÇÃO DE MULTA: Compete à autoridade superior do CONTRATANTE, quando for o caso, a aplicação ou a dispensa de penalidades/multas.

PRAZO DE FORNECIMENTO: 180(cento e oitenta) dias contados a partir da data da assinatura do Contrato.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura.

FORO: Comarca de , Estado do Paraná.

CONGONHINHAS, de e20



Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Divisão de Planejamento - DP

PREGÃO	1º ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
	PREGÃO ELETRÔNICO N.º 1021/2021	
	PROTOCOLO	17.826.006-5
	OBJETO	Equipamentos Rodoviários - Caminhões
	VIGÊNCIA DA ATA	26/01/2023
EMPRESA		Savana Comércio de Veículos Ltda
FINALIDADE		Adequação ICMS – Convênio 26/2003 CONFAZ não aplicável

Cláusula Primeira: Da alteração de preço

Fica alterado o preço registrado, conforme disposto abaixo:

LOTE	ITEM REGISTRADO	PREÇO SEM ICMS	PREÇO COM ICMS
1	2303.60800 - Caminhão Basculante, Potência Mínima: 185cv, Tração: 4x2, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DE MEDIDA: Unitário /Marca: Mercedes-Benz - Atego 1419 / Fabricante: Mercedes-Benz / Garantia: ok	R\$ 399.340,00	R\$ 443.711,12
2	2303.60801 - Caminhão Basculante, Potência Mínima: 250cv, Tração: 6x2, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DE MEDIDA: Unitário /Marca: Mercedes-Benz - Atego 2426 / Fabricante: Mercedes-Benz / Garantia: OK	R\$ 467.972,00	R\$ 519.968,89

Cláusula Segunda: Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico n.º 1021/2021.



Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Divisão de Planejamento - DP

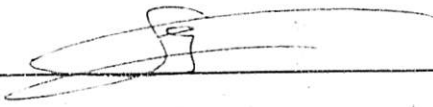
Por estarem as partes justas e acordadas, através dos seus representantes, firmam o presente Termo Aditivo.

Curitiba, 08 de fevereiro de 2022.

ÓRGÃO GERENCIADOR:

Maria Carmen Carneiro de Melo Albanke
Diretora - SEAP / DECON

EMPRESA:

SAVANA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA	
CNPJ 24.706.364/0001-50	
REPRESENTANTE LEGAL:	<u>Eugenio Ramiro da Silva Filho</u>
CPF:	<u>998.133.377-00</u>
ASSINATURA:	<u></u>

Eugenio Ramiro da Silva Filho
Diretor Comercial
Savana Comércio de Veículos Ltda

Gabinete do Secretário

DESPACHO Nº: 41/2022

Protocolo nº: 17.826.006-5

Interessado: Departamento de logística para Contratações Públicas – DECON

Assunto: Procedimento licitatório – PE nº 1.021/2021 – SRP

Data: 18/01/2022

1. Trata-se de procedimento licitatório, modalidade Pregão, forma Eletrônica, de nº PE 1.021/2021 – SRP, tipo menor preço, composto por 04 (quatro) lotes, visando o Registro de Preços, por um período de 12 (doze) meses, para futura e eventual aquisição de **EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS (CAMINHÕES), DE FORMA A ATENDER DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ**, conforme especificações contidas no Edital e Anexos (fls. 1183/1257a).

2. Esta aquisição será efetivada pelos municípios paranaenses através do Programa de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, nos termos do Decreto nº 8284 de 21 de novembro de 2017, no âmbito da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas.

3. A empresa declarada vencedora se encontra relacionada abaixo:

RAZÃO SOCIAL	CNPJ Nº	LOTES
SAVANA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.	24.706.364/0001-50	01 e 02
Desertos	-	03 e 04

4. O valor total arrematado no procedimento importa em **R\$ 15.692.700,00** (quinze milhões, seiscentos e noventa e dois mil e setecentos reais), sendo obtido um desconto de 10,33%, em relação ao valor máximo estimado para a disputa, descontados os valores atribuídos aos lotes desertos.

5. Considerando a Informação nº 07/2022 da Assessoria Técnica desta Secretaria (fls. 1373/1374a), de que as formalidades legais exigidas foram observadas pelos licitantes e pela Administração Pública e com fundamento no art. 4º, §1º, do Decreto Estadual nº 7.303/2021, **HOMOLOGO** este procedimento licitatório.

6. Saliento que, previamente à realização de despesa, os usuários do Registro de Preços deverão comprovar a efetiva disponibilidade orçamentária e financeira, nos termos dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, na disciplina da Lei Federal nº 4.320/64, bem como observar as demais disposições legais aplicáveis, incluindo-se a verificação da Certidão de Regularidade Fiscal – CRF, nos termos do art. 6º, §1º, do Decreto nº 9.762/2013.



ePROTOCOLO



Documento: 1TERMOADITIVOATASRPPE10212021ASSINADO.pdf.

Assinatura Qualificada realizada por: Maria Carmen Carneiro de Melo Albanske em 08/02/2022 14:00.

Inserido ao protocolo 17.826.006-5 por: Leticia Junko Watanabe em: 08/02/2022 11:56.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
bee4212d743b7cbcca142162bfba10bf.

PARANÁ**GOVERNO DO ESTADO**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA**Gabinete do Secretário****DESPACHO Nº: 41/2022**

Protocolo nº: 17.826.006-5

Interessado: Departamento de logística para Contratações Públicas – DECON

Assunto: Procedimento licitatório – PE nº 1.021/2021 – SRP

Data: 18/01/2022

7. Encaminhe-se ao Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON/SEAP para publicação e demais providências.

Marcel Henrique Micheletto

Secretário de Estado da Administração e da Previdência

GS/AT/dj



ePROTOCOLO

Documento: D41_178260065_HOMOLOGAPE1021_2021_EQUIPAMENTOSRODOVIARIOS_demandadosMunicipiosdoPR.pdf.

Assinatura Qualificada realizada por: Marcel Henrique Micheletto em 18/01/2022 12:45.

Inserido ao protocolo 17.826.006-5 por: Dirce Jastale em: 18/01/2022 10:16.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/splweb/validarAssinatura> com o código:
3ba662b890868ae38e7f4c6210919e11.

Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Divisão de Licitação - DL

DESPACHO Nº: 075/2022 – SEAP/DECON/DL
Protocolo nº: 17.826.006-5
Interessado: SEDU
Assunto: Procedimento Licitatório – PE nº 1021/2021
Data: 02/02/2022

Senhora Diretora,

Trata-se de procedimento licitatório, modalidade Pregão, forma Eletrônica, de nº PE 1021/2020, tipo menor preço, visando a Registro de Preços, por um período de 12 meses, para futura e eventual aquisição de EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS (CAMINHÕES), de forma a atender demandas dos Municípios do Estado do Paraná. Esta aquisição será efetivada pelos municípios paranaenses através do Programa de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, nos termos do Decreto nº 8284 de 21 de Novembro de 2017, no âmbito da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas.

O processo licitatório foi homologado pelo Exmo. Sr. Secretário da Administração e da Previdência na data de 18/01/2022 (fls. 1375), com a ata de registro de preço publicada em 27/01/2022

Entretanto, após manifestação verbal da SEDU, foi verificado que a presente licitação é para a aquisição será efetivada pelos municípios paranaenses através do Programa de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, nos termos do Decreto nº 8284 de 21 de Novembro de 2017, desta forma não se aplica para a presente aquisição os termos do Convênio ICMS nº 26/2003 – CONFAZ.

Para o lote 1 e 2 participaram da licitação as seguintes empresas:

LOTE 1

Participante	Segmento	Situação	Lance	Data/Hora lance
1 SAVANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA	OE*	Arrematante	R\$ 399.340,00	02/12/2021 09:51:22.920
2 FLORENCA CAMINHÕES S/A	OE*	Classificado	R\$ 399.349,90	02/12/2021 09:51:12.513

LOTE 2

Participante	Segmento	Situação	Lance	Data/Hora lance
1 SAVANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA	OE*	Arrematante	R\$ 467.972,00	02/12/2021 09:55:46.668
2 FLORENCA CAMINHÕES S/A	OE*	Classificado	R\$ 467.973,00	02/12/2021 09:55:21.016

Foi verificado que ambas as empresas participantes dos lotes são empresas paranaense no regime de pagamento atual Regime Normal, incluindo a Florença Caminhões S/A (folhas 1409/1412). Logo, considerando os termos do Edital (folhas 909/981), conforme item 3.3 das Condições Específicas do PE, as propostas foram apresentada com base no valor líquido. vejamos o texto:

3.3 Nos termos do Convênio ICMS nº 26/2003 - CONFAZ, quando se tratar de operação interna, as licitantes beneficiadas com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.



GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Divisão de Licitação - DL

DESPACHO Nº: 075/2022 – SEAP/DECON/DL

Protocolo nº: 17.826.006-5

Interessado: SEDU

Assunto: Procedimento Licitatório – PE nº 1021/2021

Data: 02/02/2022

Logo, as propostas de preço de ambas atenderam ao edital de licitação, e a classificação está correta. Entretanto, para a questão do preço a ser registrado em ata, visto que as prefeituras não estão contempladas na operação interna do Convênio ICMS nº 26/2003 – CONFAZ é necessário o ajuste no valor a ser homologado e posterior ajuste na Ata de Registro de Preço, sendo assim a nova situação para os lotes:

Lote	Descritivo do Item	Quantidade	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado	Valor Unitário Arrematado	Valor Total Arrematado	Econ. (%)	Fornecedor
1	CAMINHÃO CACAMBA BASCULANTE 4x2	10	R\$ 450.000,00	R\$ 4.500.000,00	R\$ 443.711,12	R\$ 4.437.111,20	1,40%	24.706.364/0001-50 - SAVANA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA
2	CAMINHÃO CACAMBA BASCULANTE 6x2	25	R\$ 520.000,00	R\$ 13.000.000,00	R\$ 519.608,89	R\$ 12.999.222,25	0,01%	24.706.364/0001-50 - SAVANA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA
3	CAMINHÃO CACAMBA BASCULANTE 6x4	30	R\$ 555.000,00	R\$ 16.650.000,00	-	-	-	Deserto
4	CAMINHÃO COLETOR COMPACTADOR DE LIXO	5	R\$ 520.000,00	R\$ 2.600.000,00	-	-	-	Deserto
TOTAL			R\$ 36.750.000,00	R\$ 17.436.333,45	R\$ 17.436.333,45	52,55%		
TOTAL sem fracassados			R\$ 17.500.000,00	R\$ 17.436.333,45	R\$ 17.436.333,45	0,36%		

Logo, o valor correto a ser homologado é R\$ 17.436.333,45 (dezessete milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, trezentos e trinta e três reais e quarenta e cinco centavos), perfazendo um desconto de 0,36% sobre o valor estimado da licitação.

Cumpridos os trâmites até aqui necessários, encaminhamos o referido protocolado para análise jurídica, pela assessoria técnica SEAP, com vistas à retificação da **HOMOLOGAÇÃO** do certame, pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado da Administração e da Previdência.

Atenciosamente,

Wellington Dias de Paula
SEAP/DECON/DL



ePROTOCOLO



Documento: **Despacho_75_2022_PE_10212020_Para_ret_Homologacao.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Wellington Dias de Paula** em 02/02/2022 14:50.

Inserido ao protocolo **17.826.006-5** por: **Wellington Dias de Paula** em: 02/02/2022 14:47.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
5617c9a7ad5c238b3675885315c159b3.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA

Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Diretoria

DESPACHO Nº: 058 / 2022 – SEAP / DECON / GD
Protocolo nº: 17.826.006-5
Interessado: SEDU
Assunto: Procedimento licitatório – PE nº 1021/2021 – SRP
Data: 02/02/2022

Trata o presente de procedimento licitatório, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 1021/2021** – Sistema de Registro de Preços, tipo menor preço, cujo objetivo é futura e eventual aquisição de **EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS (CAMINHÕES), DE FORMA A ATENDER DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ**, por 12 meses, segundo especificações contidas no edital e anexos (fls. 1183/1257 – mov. 99), no valor máximo de R\$ 36.750.000,00 (trinta e seis milhões e setecentos e cinquenta mil reais), dividido em 4 (quatro) lotes.

Ocorre que, nos termos do Despacho nº 075/2022 – SEAP/DECON/DL (fls. 1413/1414 – mov. 162), se faz necessária a retificação do valor total licitado no respectivo processo, vejamos:

Logo, as propostas de preço de ambas atenderam ao edital de licitação, e a classificação está correta. Entretanto, para a questão do preço a ser registrado em ata, visto que as prefeituras não estão contempladas na operação interna do Convênio ICMS nº 26/2003 – CONFAZ é necessário o ajuste no valor a ser homologado e posterior ajuste na Ata de Registro de Preço, sendo assim a nova situação para os lotes:

Lote	Descrição do Item	Quantidade	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado	Valor Unitário Anunciado	Valor Total Anunciado	Econ. (%)	Fornecedor
1	CAMINHÃO CACAMBA BASCULANTE 4x2	10	R\$ 450.000,00	R\$ 4.500.000,00	R\$ 443.711,12	R\$ 4.437.111,20	1,40%	24.706.364-0001-50 - SAVANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA
2	CAMINHÃO CACAMBA BASCULANTE 6x2	25	R\$ 520.000,00	R\$ 13.000.000,00	R\$ 519.968,89	R\$ 12.999.222,25	0,91%	24.706.364-0001-50 - SAVANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA
3	CAMINHÃO CACAMBA BASCULANTE 6x4	30	R\$ 555.000,00	R\$ 16.650.000,00				Deserto
4	CAMINHÃO COLETOR COMPACTADOR DE LODO	5	R\$ 520.000,00	R\$ 2.600.000,00				Deserto
TOTAL			R\$	36.750.000,00	R\$	17.436.333,45	52,56%	
TOTAL sem Itens Desertos			R\$	17.500.000,00	R\$	17.436.333,45	3,36%	

Sendo assim, o valor total licitado correto é de **R\$ 17.436.333,45** (dezessete



Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Diretoria

DESPACHO Nº: 058 / 2022 -- SEAP / DECON / GD
Protocolo nº: 17.826.006-5
Interessado: SEDU
Assunto: Procedimento licitatório – PE nº 1021/2021 – SRP
Data: 02/02/2022

milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, trezentos e trinta e três reais e quarenta e cinco centavos), obtendo-se o desconto de 0,36%, em relação ao valor máximo autorizado, de acordo com a tabela resumo de fls. 1414 - mov. 162.

Isto posto, conforme Despacho nº 075/2022 – SEAP/DECON/DL (fls. 1413/1414 – mov. 162), encaminhamos o presente para análise e manifestação, bem como, em seguida, se oportuno e conveniente, seja RETIFICADO o despacho homologatório (mov. 137), no que tange ao valor total arrematado, pela autoridade competente.

Atenciosamente,

Victória Kinaski Gonçalves
Assessoria SEAP / DECON
Assinado eletronicamente

M Carmen C de M Albanske
Diretoria SEAP / DECON
Assinado eletronicamente



PROTOCOLO

Documento: Despacho05817.826.0065PE102121SRPEQUIPAMENTOSRODOVIARIOSCAMINHOESRETIFICARAHOMOLOGACAOAT.pdf.

Assinatura Avançada realizada por: Victória Kinaski Gonçalves em 02/02/2022 16:12, Maria Carmen Carneiro de Melo Albanske em 03/02/2022 16:49.

Inserido ao protocolo 17.826.006-5 por: Victória Kinaski Gonçalves em: 02/02/2022 16:07.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
f4ac4ed32076caab057ff4a0aec7fbaa.

Gabinete do Secretário

DESPACHO Nº: 133/2022

Protocolo nº: 17.826.006-5

Interessado: Departamento de logística para Contratações Públicas – DECON

Assunto: Procedimento licitatório – PE nº 1.021/2021 – SRP – RETIFICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

Data: 03/02/2022

1. Versa o presente encaminhado pelo Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON, para retificação do valor total arrematado no presente procedimento licitatório PE 1.021/2021 – SRP, tipo menor preço, composto por 04 (quatro) lotes, visando o Registro de Preços, por um período de 12 (doze) meses, para futura e eventual aquisição de **EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS (CAMINHÕES), DE FORMA A ATENDER DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ**, conforme especificações contidas no Edital e Anexos (fls. 1183/1257a).

2. Considerando:

- o Despacho de Homologação nº 41/2022, de 18 de janeiro de 2022 (fls. 1375/1376a);
- o Despacho nº 058/2022-SEAP/DECON/GD (fls. 1415/1416a), do DECON, de solicitação e apresentação de justificativa, para a retificação do valor total arrematado no procedimento, e posterior ajuste na Ata de Registro de Preços, tendo em vista que *"a aquisição será efetivada pelos municípios paranaenses através do Programa de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, nos termos do Decreto nº 8284 de 21 de Novembro de 2017, desta forma não se aplica para a presente aquisição os termos do Convênio ICMS nº 26/2003 – CONFAZ"*.

Face ao exposto, **RETIFICA-SE** o Despacho 41/2022, na parte que se refere ao valor total arrematado no Procedimento Licitatório Pregão Eletrônico nº 1.021/2021, e aos percentuais de descontos obtidos, passando a constar na forma que segue:

ONDE SE LÊ	LEIA-SE
R\$ 15.692.700,00 (quinze milhões, seiscentos e noventa e dois mil e setecentos reais), sendo obtido um desconto de 10,33%, em relação ao valor máximo estimado para a disputa, descontados os valores atribuídos aos lotes desertos.	R\$ 17.436.333,45 (dezessete milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, trezentos e trinta e três reais e quarenta e cinco centavos), obtendo-se o desconto de 0,36%, em relação ao valor máximo estimado para a disputa, descontados os valores atribuídos aos lotes desertos.

3. Encaminhe-se ao Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON/SEAP para publicação e demais providências.

Marcel Henrique Micheletto
 Secretário de Estado da Administração e da Previdência

GS/AT/dj



ePROTOCOLO



Documento: **D133_178260065_RETIFICAVALORESPE1021_2021_EQUIPAMENTOSRODOVIARIOSDEMANDADOSMUNICIPIOS.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Marcel Henrique Micheletto** em 03/02/2022 18:08.

Inserido ao protocolo 17.826.006-5 por: **Dirce Jastala** em: 03/02/2022 18:02.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
fbcd02c9d0782250b472c7f4039f3586



GESTÃO DE
MATERIAIS
E SERVIÇOS

ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP
Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Sistema GMS - GESTÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS



Ata de Registro de Preços

PROCESSO LICITATÓRIO	PE-1021/2021	PROTOCOLO	178260065
DATA DE PUBLICAÇÃO	27/01/2022	VALIDADE DA ATA	26/01/2023

A Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, através do Departamento de Logística para Contratações Públicas - Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, localizada à Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n - 3º Andar - Ala A - Centro Cívico - CEP 80.530-140, Curitiba - Paraná - Brasil, aqui representada pela Senhora Maria Carmen Carneiro de Melo Albanske - Diretora do DECON, nos termos da Lei Estadual n.º 15.608/2007 e Decreto Estadual n.º 7.303/2021, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 1021/2021, homologado pelo Senhor Secretário de Estado da Administração e da Previdência, para a futura e a eventual aquisição de Equipamentos Rodoviários - Caminhões, conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

Esta Ata tem por objetivo o registro de preços para a futura e a eventual aquisição de Equipamentos Rodoviários - Caminhões, conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

§ 1º Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

§ 2º Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

§ 3º Participam deste Registro de Preços, em conformidade com o artigo 9º, inc. II, do Decreto Estadual n.º 7.303/2021, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

1. SEDU - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas
Valor Homologado: 15.692.700,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS:

Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

LOTE 1 - adjudicado para: SAVANA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, 24.706.364/0001-50, homologado no valor de R\$ 3.993.400,00 (Três Milhões, Novecentos e Noventa e Três Mil e Quatrocentos Reais), nos termos da proposta de acordo com o Anexo I do edital da licitação:

Item	Especificação do Item / Marca / Fabricante	Quantidade	Unid. de compra	Preço Unitário
1	2303.60800 - Caminhão Basculante, Potência Mínima: 185cv, Tração: 4x2, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:	10	unid.	R\$ 399.340,0000



GESTÃO DE
MATERIAIS
E SERVIÇOS

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP
Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Sistema GMS - GESTÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS



1	Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DE MEDIDA: Unitário / Marca: Mercedes-Benz - Atego 1419 / Fabricante: Mercedes-Benz / Garantia : ok	10	unid.	
---	---	----	-------	--

LOTE 2 - adjudicado para: SAVANA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA , 24.706.364/0001-50, homologado no valor de R\$ 11.699.300,00 (Onze Milhões, Seiscentos e Noventa e Nove Mil e Trezentos Reais), nos termos da proposta de acordo com o Anexo I do edital da licitação:

Item	Especificação do Item / Marca / Fabricante	Quantidade	Unid. de compra	Preço Unitário
1	2303.60801 - Caminhão Basculante, Potência Mínima: 250cv, Tração: 6x2, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Demais informações de acordo com Termo de Referência e/ou Descritivo Técnico do Processo, UNID. DE MEDIDA: Unitário / Marca: Mercedes-Benz - Atego 2426 / Fabricante: Mercedes-Benz / Garantia : OK	25	unid.	

CLÁUSULA TERCEIRA - Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, será válida por 12 (doze) meses, com efeitos a contar da data da publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA QUARTA - A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

A Administração poderá alterar os preços registrados, mediante comprovação e justificativas, obedecendo o disposto nos artigos 13 e 14 do Decreto Estadual n.º 7.303/2021; o art. 112, § 3º, inc II, da Lei Estadual n.º 15.608/2007 e o art. 82 do Decreto Estadual n.º 4.993/2016, desde que autorizado pela autoridade competente, devendo o órgão gerenciador da Ata promover as necessárias modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no site oficial.

§ 1º O preço registrado poderá ser revisto, a pedido do fornecedor ou por iniciativa da Administração, em decorrência de:

I - eventual redução daqueles praticados no mercado;
II - fato superveniente devidamente comprovado, que eleve os preços e prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

I - convocar os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados os valores praticados pelo mercado;
II - os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de sanções administrativas;
III - a ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o

fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

§ 4º Não havendo êxito na negociação a que se refere o § 3º, II, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR:

O preço registrado pelo fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado do compromisso;

II - descumprir as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV, do art. 150 da Lei Estadual n.º 15.608/2007;

V - demonstrar fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata.

§ 1º No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação pessoal ou publicação.

§ 2º O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

§ 3º Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - por decurso do seu prazo de vigência;

II - se não restarem fornecedores registrados;

III - por fato superveniente, devidamente justificado, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;

IV - por razões de interesse público devidamente justificadas.

§ 1º No cancelamento da Ata por iniciativa da Administração, é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação pessoal ou publicação.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO:

Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços - GMS e disponibilização no Portal da Transparência do Estado do Paraná.



ESTADO DO PARANÁ—
Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP
Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Sistema GMS - GESTÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS



CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

Constituem obrigações do Fornecedor:

- I - assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação;
- II - responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
- III - manter as condições de regularidade fiscal;
- IV - manter atualizado seu cadastro no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, durante a validade da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE:

Constituem obrigações do órgão, entidade ou unidade orçamentária participante, por meio de gestor próprio:

- I - tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;
- II - emitir a ordem de compra no Sistema GMS, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;
- III - verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;
- IV - zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;
- V - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;
- VI - registrar no Sistema GMS eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES OU INGRESSANTES:

O órgão, entidade ou unidade orçamentária que não tenha participado do procedimento de registro de preços poderá aderir à ata de registro de preços, durante sua vigência, mediante autorização prévia do órgão gerenciador, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata e haja a concordância do fornecedor ou executor beneficiário da ata de registro de preços.

§1º A adesão é restrita aos órgãos e entidades previstos no artigo 1º do Decreto Estadual n.º 7.303/2021.

§2º As aquisições ou contratações decorrentes de adesões não poderão exceder, na totalidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos ou entidades que aderirem.

§3º Caberá ao fornecedor ou executor beneficiário da ata de registro de preços, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com os órgãos participantes.

§ 4º O órgão, entidade ou unidade orçamentária poderá solicitar adesão aos lotes que não tenha figurado inicialmente como participante.

§ 5º Não será concedida nova adesão ao órgão, entidade ou unidade orçamentária que não tenha consumido ou contratado o quantitativo liberado anteriormente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CADASTRO DE RESERVA:



GESTÃO DE
MATERIAIS
E SERVIÇOS

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP
Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Sistema GMS - GESTÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS



Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, com objetivo da formação de cadastro de reserva, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:

Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Central de Curitiba - Estado do Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE:

O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Estado, conforme o disposto no art. 110 da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

Esta Ata será divulgada no portal da internet www.comprasparana.pr.gov.br e no DIOE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

O Pregão Eletrônico n.º 1021/2021 é realizado pelo Pregoeiro(a) JHONATAN FIORAVANTE, designado(a) na Resolução n.º 12.467/2021, publicada no DIOE Executivo edição n.º 11.039, de 18 de outubro de 2021.

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Maria Carmen Carneiro de Melo Albanske
Diretora do DECON

JHONATAN FIORAVANTE
Pregoeiro(a) - SEAP/DECON/DL



ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP
Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Sistema GMS - GESTÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS



Fornecedor

24.706.364/0001-50 - SAVANA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA

Representante: Eugenio Ramiro da Silva FilhoCPF: 748 103.377 00

Eugenio Ramiro da Silva Filho
Eugenio Ramiro da Silva Filho
Savana - Diretor Comercial
Savana Comércio de Veículos Ltda

Assinatura: [assinatura]

Lote	Valor Licitado	Características	Classif.
1	R\$ 3.993.400,00	CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE 4x2	1º
2	R\$ 11.699.300,00	CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE 6x2	1º

24.706.364/0001-50

Savana Comércio de Veículos Ltda

RUA JOSÉ GONÇALVES DE MOURA, 100
QUADRA 100, LOTE 100-008
SÃO JERÔNIMO DO PARANÁ, PR





Documento: AtaSRP10212021Assinada.pdf

Assinatura Avançada realizada por: Wellington Dias de Paula em 27/01/2022 09:17, Maria Carmen Carneiro de Melo Albanske em 27/01/2022 11:35.

Inserido ao protocolo 17.826.096-5 por: Leticia Junko Watanabe em: 27/01/2022 09:08.





Casa Civil

Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN

PORTARIA N.º 041/2022

Dispõe sobre a realização de aulas teóricas em locais distintos aos do Município sede das credenciadas nos cursos de atualização de Instrutor de Trânsito, de Diretor de Ensino e Diretor-Geral de Centro de Formação de Condutores.

O Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná - DETRAN/PR, usando de suas competências na forma da Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB;

Considerando a competência estabelecida no artigo 22, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro, referente ao credenciamento de órgãos ou entidades para atividades previstas na legislação de trânsito;

Considerando que é atribuição do Departamento Estadual de Trânsito DETRAN/PR, exercer controle, estabelecer critérios, resguardar processos e adotar procedimentos para o registro e pleno funcionamento das empresas autorizadas a ministrar cursos de Capacitação;

Considerando, por derradeiro, a necessidade de definir critérios para cursos de atualização de Instrutores de Trânsito, Diretores de Ensino e de Diretores Gerais dos Centros de Formação de Condutores que sejam realizados fora da sede das entidades/instituições credenciadas com o objetivo de atender a demanda em municípios para os quais não haja credenciados para a atividade em questão.

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a realização de cursos de atualização de Instrutor de Trânsito, Diretor de Ensino e de Diretor-Geral, na modalidade itinerante, fora da sede da instituição privada, desde que previamente credenciada nos termos da Resolução n.º 789/2020 - CONTRAN e Portaria n.º 636/2015 - DETRAN/PR.

Art. 2º - Os cursos fora da sede credenciada somente poderão ser ofertados em municípios que não possuam empresas credenciadas para esta finalidade.

§1º As credenciadas poderão utilizar salas fora de sua sede, inclusive no município para o qual está credenciada, desde que atendidas as exigências constantes nesta Portaria.

§2º A permissão prevista no parágrafo anterior não isenta a credenciada de atender integralmente o disposto na Resolução n.º 789/2020-CONTRAN, especialmente no que diz respeito às instalações físicas da instituição.

Art. 3º - Os pedidos de cursos fora da sede deverão ser solicitados mediante ofício dirigido à Coordenadoria de Gestão de Serviços - Agentes Externos/COOGS do DETRAN/PR, por intermédio de requerimento protocolado via eProtocolo, com antecedência mínima de 10 dias úteis da data de início da atividade, contendo as seguintes informações:

I. As dimensões da sala de aula serão a base de cálculo para estabelecer a capacidade máxima de alunos, sendo 1,20 metros quadrado por aluno descontado o espaço de 6 metros do total destinado ao Instrutor do curso;

II. Fotografias das dependências físicas da sala de aula que comprovem possuir condições de conforto, segurança e higiene, assim como dos BWC Masculino e Feminino independentes.

§1º Independente das dimensões da sala de aula as turmas dos Cursos de Atualização deverão ter no máximo 35 (trinta e cinco) alunos;

§2º Cabe ao credenciado, independente da capacidade máxima de alunos, a responsabilidade de respeitar as normas estabelecidas pelos órgãos da saúde municipais, estaduais e federais, relativas à utilização de espaços coletivos, em respeito às restrições impostas pela pandemia do Coronavírus.

Art. 4º - Os profissionais designados para ministrar as aulas deverão estar sistematicamente vinculados às empresas credenciadas.

Parágrafo único. Não serão admitidos cursos com Instrutores diferentes dos cadastrados previamente.

Art. 5º - A liberação das salas fora da sede ficará sob gestão da Coordenadoria de Gestão de Serviços - Agente Externos.

Art. 6º - A presente Portaria não altera as diretrizes de credenciamento regulamentadas pela Resolução n.º 789/2020 - CONTRAN e Portaria n.º 636/2015 - DETRAN/PR.

Art. 7º - O descumprimento de qualquer requisito disposto na presente Portaria acarretará no cancelamento da autorização de cursos fora da sede, além de demais sanções cabíveis à espécie.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de janeiro de 2022.

Wagner Mesquita de Oliveira,
Diretor-Geral

Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR

4285/2022

PORTARIA N.º 14/2022 - DG

O Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a competência estabelecida no Decreto n.º 4952 de 2 de julho de 2020 e nos Artigos 22 e 23 da Lei 9503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB; considerando o contido no protocolo n.º 18.509.953-9.

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria n.º 7229/2017, referente à nomeação para o exercício de funções de Agente da Autoridade de Trânsito de LUCAS RAFFAEL GASPARIN BRANDT, RG n.º 10.414.454-3, CPF n.º 066.830.669.

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR: 4988422

Documento emitido em 27/01/2022 08:58:44.

Diário Oficial Executivo
Nº 11100 | 20/01/2022 | PAG. 4

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o Código Localizador no site do DIOE.

www.imprensaoficial.pr.gov.br

informe Boletim-Geral da PMPR 143/2019, por na data de sua publicação.
tor Geral, 17 de janeiro de 2022.
Mesquita de Oliveira
Geral - DETRAN/PR

4168/2022

RIA N.º 054/2022 - DG

Designa para responder pela Diretoria-Geral durante férias do titular

Departamento de Trânsito do Paraná -

DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7811, de 29/12/1983

RESOLVE:

Delegar competência ao Chefe de Gabinete Nelson Ademar Piske, RG n.º 4.461.149-0, para a assinatura de atos administrativos e legais da alçada deste Diretor-Geral, no período de 31/01/2022 a 14/02/2022, durante férias do titular.

Curitiba, 18 de janeiro de 2022.

Wagner Mesquita de Oliveira,
Diretor-Geral

Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR

4626/2022

Secretaria da Administração e da Previdência

DESPACHO N.º 42/2022

Protocolo n.º 16.138.658-8

Interessado: Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON

Assunto: Procedimento licitatório - Pregão Presencial n.º 33/2021

Data: 18/01/2022

1. Trata-se de procedimento licitatório, modalidade Pregão, forma Presencial, de nº PP 33/2021 - SRP, tipo menor preço, composto por 03 (três) lotes, visando a contratação de SERVIÇOS CONTINUADOS DE OPERADORA DE TELECOMUNICAÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO DE DADOS PARA A COMPOSIÇÃO DO SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES DO PARANÁ - STP, conforme regulamentado no Decreto Estadual nº 9.128, de 15 de outubro de 2013, e especificações contidas no Edital e Anexos (fls. 3824/3987a), a fim de atender a demanda de diversos órgãos e entidades da administração pública do Estado do Paraná, descritos no Anexo VI do Edital (fls. 3261/3350).

2. A empresa declarada vencedora se encontra relacionada abaixo:

RAZÃO SOCIAL	CNPJ N.º	LOTES
COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.	04.368.865/0001-66	01, 02 e 03

3. O valor total arrematado no procedimento importa em **R\$ 143.398.839,36** (cento e quarenta e três milhões, trezentos e noventa e oito mil, oitocentos e trinta e nove reais e trinta e seis centavos), sendo obtido um desconto de 58,29%, em relação ao valor máximo estimado para a disputa.

4. Considerando a Informação nº 05/2022 da Assessoria Técnica desta Secretaria (fls. 6937/6938a), de que as formalidades legais exigidas foram observadas pelos licitantes e pela Administração Pública e com fundamento no art. 1º, §3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, HOMOLOGO este procedimento licitatório.

5. Encaminhe-se ao Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON/SEAP para publicação e demais providências.

Marcel Henrique Micheletto

Secretário de Estado da Administração e da Previdência

4431/2022

DESPACHO N.º 41/2022

Protocolo n.º 17.826.006-5

Interessado: Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON

Assunto: Procedimento licitatório - PE nº 1.021/2021 -SRP

Data: 18/01/2022

1. Trata-se de procedimento licitatório, modalidade Pregão, forma Eletrônica, de nº PE 1.021/2021 - SRP, tipo menor preço, composto por 04 (quatro) lotes, visando o Registro de Preços, por um período de 12 (doze) meses, para futura e eventual aquisição de EQUIPAMENTOS RODOVI-



ÁRIOS (CAMINHÕES), DE FORMA A ATENDER DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ, conforme especificações contidas no Edital e Anexos (fls. 1183/1257a).

2. Esta aquisição será efetivada pelos municípios paranaenses através do Programa de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, nos termos do Decreto nº 8284 de 21 de novembro de 2017, no âmbito da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas.

3. A empresa declarada vencedora se encontra relacionada abaixo:

RAZÃO SOCIAL	CNPJ Nº	LOTES
SAVANA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.	24.706.364/0001-50	01 e 02
Desertos	-	03 e 04

4. O valor total arrematado no procedimento importa em **R\$ 15.692.700,00** (quinze milhões, seiscentos e noventa e dois mil e setecentos reais), sendo obtido um desconto de 10,33%, em relação ao valor máximo estimado para a disputa, descontados os valores atribuídos aos lotes desertos.

los.

5. Considerando a Informação nº 07/2022 da Assessoria Técnica desta Secretaria (fls. 1373/1374a), de que as formalidades legais exigidas foram observadas pelos licitantes e pela Administração Pública e com fundamento no art. 4º, §1º, do Decreto Estadual nº 7.303/2021, **HOMOLOGO** este procedimento licitatório.

6. Saliento que, previamente à realização de despesa, os usuários do Registro de Preços deverão comprovar a efetiva disponibilidade orçamentária e financeira, nos termos dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, na disciplina da Lei Federal nº 4.320/64, bem como observar as demais disposições legais aplicáveis, incluindo-se a verificação da Certidão de Regularidade Fiscal – CRF, nos termos do art. 6º, §1º, do Decreto nº 9.762/2013.

7. Encaminhe-se ao Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON/SEAP para publicação e demais providências.

Marcel Henrique Micheletto
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

4439/20221

Resolução SEAP nº. 13249

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido no Decreto nº 1.748, de 24 de janeiro de 2.000.

RESOLVE

Conceder, aos servidores abaixo relacionados o Abono de Permanência em valor equivalente à respectiva contribuição previdenciária.

PROTOCOLO	NOME	ORGÃO
18.525.676-6	SUZANA BARRETO MARTINS	UEL
18.521.150-9	DANIEL LUIZ VIANA	UEL

Curitiba, 18 de janeiro de 2022

Marcel Micheletto
Secretário de Estado da
Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 13250

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000, considerando a Emenda Constitucional Estadual 48/2020.

RESOLVE:

Cancelar, por Renúncia a Resolução nº 11600 de 25/10/2017, na parte que concedeu o abono de permanência a INEZ MARIA REZENDE FIGUEIRA, RG nº 3.144.276-1, LF 01, ocupante do cargo de Escrivão de Polícia 4ª Classe. Protocolo nº 17.632.763-4.

Curitiba, 18 de janeiro de 2022

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR: 4985522

Documento emitido em 27/01/2022 08:58:02.

Diário Oficial Executivo
Nº 11100 | 20/01/2022 | PAG. 5

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000,

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o Código Localizador no site do DIOE.

www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLVE:


CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO - MODELO 07

 EDITAL DE: **PREGÃO ELETRÔNICO nº 1021/2021**

LOTENº:2

PROPONENTE: SAVANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA

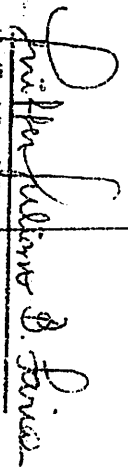
 TIPO DE BEM: **CAMINHÃO 6X2 CAÇAMBA 10M³**

 Nº DE UNIDADES PROPOSTAS: **25**

(1) DISCRIMINAÇÃO	2) EXIGÊNCIAS MÍNIMAS	(3) ESPECIFICAÇÕES DO EQUIPAMENTO PROPOSTO
1. MARCA/MODELO	Indicar	MERCEDES-BENZ/ ATEGO 2426
1.1. ANO/MODELO	2021/2021 (novo, zero km)	2021/2021
2. CHASSI DE CAMINHÃO		
2.1. MOTOR		
2.1.1. Marca/ Modelo	Indicar	MB /OM 926 LA
2.1.2. Potência (CV ou HP)	255 CV	256CV
2.2. TRANSMISSÃO		
2.2.1. Tipo de Transmissão (mecânica ou automática)	Mecânica	Mecânica
2.2.2. Nº de marchas/velocidades à frente	06 (seis) marchas/velocidade à frente	06 (seis) marchas/velocidade à frente
2.2.3. Tração com dupla redução	6 x 2, eixo traseiro com dupla redução	6x 2, eixo traseiro com dupla redução
2.3. CAPACIDADE, DIMENSÕES E PESO		
2.3.1. Capacidade de carga sobre o chassi do veículo sem considerar o peso da caçamba (kg)	Indicar	16.460 kg
2.3.2. Capacidade admissível sobre o eixo dianteiro (kg)	6.000 kg	6.000 KG
2.3.3. Capacidade admissível sobre o eixo traseiro (kg)	17.000 kg	17.000 KG
2.3.4. Peso bruto total (kg) homologado	23.000 kg	23.000 KG
2.3.5. Distância entre eixos dianteiros e traseiros	Compatível com a instalação do implemento	Compatível com a instalação do implemento
2.4. EIXOS		
2.4.1. Número de eixos	3 eixos	3 eixos
2.5. DIREÇÃO		
2.5.1. Tipo	Hidráulica ou elétrica	Hidráulica
2.6. CABINE		
2.6.1. Tipo	Simples, avançada em chapa de aço	Simples, avançada em chapa de aço
2.6.2. Cor da Cabine	Branca	Branco
2.7. Pneus	275/80R22,5	275/80R22,5
2.8. ACESSÓRIOS E OPCIONAIS EXIGIDOS		
2.8.1. Aro e pneu socorro	Sim, 275/80R22,5	Sim, 275/80R22,5

(1) DISCRIMINAÇÃO	(2) EXIGÊNCIAS MÍNIMAS DO MUNICÍPIO	(3) ESPECIFICAÇÕES DO EQUIPAMENTO PROPOSTO
2.8.2. Espelhos externos com braços fixados a cabine	Sim	Sim
2.8.3. Macaco hidráulico tipo garrafa, compatível com o veículo, capacidade (t)	Sim, compatível com PBT do veículo	Sim, compatível com PBT do veículo
2.8.4. Kit de Ferramentas	Sim, 01 Kit Exigido por lei e normas do CONTRAN	Sim, 01 kit Exigido por lei e normas do CONTRAN
2.8.5. Outros acessórios	Ar-condicionado, Rádio, USB, vidros e trava elétrica	Ar-condicionado, Rádio, USB, vidros e trava elétrica
2.8.6. Adesivo do Logomarca do Programa	Conforme modelo do Programa a ser fornecido	Conforme modelo do Programa
3. CAÇAMBA BASCULANTE		
3.1. Capacidade em M³	10,0 m³ (dez)	10 m³ (dez)
3.1.1. Tipo de acionamento	indireto	indireto
3.2. Aço de constituição da caçamba e estrutura	SAE 1020-ASTM A36 OU SAC 350	SAE 1020-ASTM A36 OU SAC 350
3.3. Comprimento útil (mm)	INDICAR	5.000mm
3.4. Largura máxima (mm)	INDICAR	2.450mm
3.5. Altura máxima (mm)	INDICAR	830mm
3.6. Peso (kg)	INDICAR	3.400 kg
3.7. Laterais, tampa traseira, tampa frontal e fundo (espessura)	¼"	¼"
3.8. Reforço externo da caçamba confeccionado em chapa de aço dobradas em perfil "U"		
3.9. anteparos (para-barros) confeccionados em chapa de aço		
3.10. Para-choque traseiro		
3.11. Faixas refletiva		
3.12. Proteção Lateral		
4. GARANTIA		
5. LOCAL DE ENTREGA	Na sede de cada Município participante do programa	Na sede de cada Município participante do programa
6. OUTROS	Licenciamento, emplacamento e tanque cheio	Licenciamento, emplacamento e tanque cheio
7. TREINAMENTO DE MECÂNICOS E MOTORISTAS (DURAÇÃO)	Sim, entrega técnica a ser realizada pelo fornecedor com fornecimento de certificado.	Sim, entrega técnica a ser realizada pelo fornecedor com fornecimento de certificado.

São José dos Pinhais, 03 de Dezembro de 2021.


Jennifer Juliana B. Faria RG: 9.653.391-4 - PR
Vendas e Governo
Saviana Comércio de Veículos Ltda





(trezentos mil, quinhentos e vinte e seis reais) obtendo-se desconto aproximado de 25,06% a disputa, descontados os valores atribuídos a

4. Considerando a Informação nº 26/2022 Secretaria (fls. 813/815a), de que as fornecedoras observadas pelos licitantes e pela Administração no art. 4º, §1º, do Decreto Estadual nº 7 procedimento licitatório.

5. Salientando que, previamente à realização de licitação, os Preços deverão comprovar a efetiva condição financeira, nos termos dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, na disciplina da Lei Federal nº 4.320/64, bem como observar as demais disposições legais aplicáveis, incluindo-se a verificação da Certidão de Regularidade Fiscal - CRF, nos termos do art. 6º, §1º, do Decreto nº 9.752/2013.

Marcel Henrique Micheletto
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

9743/2022

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR: 7617922

Documento emitido em 08/02/2022 11:46:44

Diário Oficial Executivo
Nº 11112 | 07/02/2022 | PÁG. 9

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o
Código Localizador no site do DIOE

www.imprensaoficial.pr.gov.br

03 de fevereiro de 2022.

Marcel Micheletto
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 13382

Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições
retor nº 1748 de 24 de janeiro de 2000,

RESOLVE:

Proceder a revisão dos proventos de inatividade, de DESIO GUTIERRE CAVALETO, R.G. nº 905.757-9, LF 01, Agente Universitário, conforme cálculo de fls. 102 - PRPREV, em cumprimento aos autos sob nº 0003213-97.2013.8.16.0014, 1ª Vara Civil da Comarca de Londrina/Pr. Valor dos proventos R\$ 2.766,29 (Dois mil, setecentos e sessenta e seis reais e vinte e nove centavos). Protocolo nº 18.420.269-7.

Curitiba, 03 de fevereiro de 2022.

Marcel Micheletto
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 13383

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000,

RESOLVE:

Proceder a revisão dos proventos de inatividade, de PAULO DE TARSO LEITE, R.G. nº 3.561.190-8, LF 01, Agente Universitário, conforme cálculo de fls. 54 - PRPREV, em cumprimento aos autos sob nº 0021355-42.2019.8.16.0014, 1ª Juizado Especial da Fazenda Pública de Londrina/Pr. Valor dos proventos R\$ 5.608,32 (Cinco mil, seiscentos e oito reais e trinta e dois centavos). Protocolo nº 18.552.542-2.

Curitiba, 03 de fevereiro de 2022.

Marcel Micheletto
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 13384

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000, considerando a Emenda Constitucional Estadual 48/2020

RESOLVE:

Cancelar, por Renúncia a Resolução nº 5959 de 11/11/1993, na parte que concedeu aposentadoria a MARIA DA GLORIA NEVES RIBEIRO, RG nº 1.102.132-8, no cargo de Técnico Administrativo, LF 01. Protocolo nº 18.012.394-6.

Curitiba, 03 de fevereiro de 2022.

Marcel Micheletto
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 13384

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000, considerando a Emenda Constitucional Estadual 48/2020.

RESOLVE:

Cancelar, por Renúncia a Resolução nº 5959 de 11/11/1993, na parte que concedeu aposentadoria a MARIA DA GLORIA NEVES RIBEIRO, RG nº 1.102.132-8, no cargo de Técnico Administrativo, LF 01. Protocolo nº 18.012.394-6.

Curitiba, 03 de fevereiro de 2022.

Marcel Micheletto
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº. 13385

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000, considerando a Emenda Constitucional Estadual 48/2020.

RESOLVE:

Cancelar, por Renúncia a Resolução nº 7440 de 27/01/2006, na parte que concedeu aposentadoria a CELINA JEANNE WAGNER SILVESTRI, RG nº 3.094.240-0, no cargo de Professor, LF 02. Protocolo nº 18.239.082-8.

DESPACHO Nº: 133/2022

Protocolo nº. 17.826.006-5

Interessado: Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON

Assunto: Procedimento licitatório - PE nº 1.021/2021 - SRP -

RETIFICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

Data: 03/02/2022

1. Versa o presente encaminhado pelo Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON, para retificação do valor total arrematado no presente procedimento licitatório PE 1.021/2021 - SRP, tipo menor preço, composto por 04 (quatro) lotes, visando o Registro de Preços, por um período de 12 (doze) meses, para futura e eventual aquisição de EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS (CAMINHÕES), DE FORMA A ATENDER DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ, conforme especificações contidas no Edital e Anexos (fls. 1183/1257a).

2. Considerando:

- o Despacho de Homologação nº 41/2022, de 18 de janeiro de 2022 (fls. 1375/1376a);
- o Despacho nº 058/2022-SEAP/DECON/GD (fls. 1415/1416a), do DECON, de solicitação e apresentação de justificativa, para a retificação do valor total arrematado no procedimento, e posterior ajuste na Ala de Registro de Preços, tendo em vista que a aquisição será efetivada pelos municípios paranaenses através do Programa de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, nos termos do Decreto nº 8284 de 21 de Novembro de 2017, desta forma não se aplica para a presente aquisição os termos do Convênio ICMS nº 26/2003 - CONFAZ.

Faço ao exposto, RETIFICA-SE o Despacho 41/2022, na parte que se refere ao valor total arrematado no Procedimento Licitatório Pregão Eletrônico nº 1.021/2021, e aos percentuais de descontos obtidos, passando a constar na forma que segue:

ONDE SE LÊ	LEIA-SE
R\$ 15.692.700,00 (quinze milhões, seiscentos e noventa e dois mil e setecentos reais), sendo obtido um desconto de 10,33%, em relação ao valor máximo estimado para a disputa, descontados os valores atribuídos aos lotes desertos	R\$ 17.436.333,45 (dezoito milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, trezentos e trinta e três reais e quarenta e cinco centavos), obtendo-se o desconto de 0,36%, em relação ao valor máximo estimado para a disputa, descontados os valores atribuídos aos lotes desertos

3. Encaminhe-se ao Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON/SEAP para publicação e demais providências.

Marcel Henrique Micheletto
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

9854/2022

Resolução SEAP nº. 13381

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000.

RESOLVE

Conceder aposentadoria voluntária a ROSANGELA DEFENDI, R.G. nº 4.998.148-1, LF 01, ocupante do cargo de Professor, SERD, de acordo com o artigo 40, § 5º, da Constituição Federal e/c art. 3º inciso III da Emenda Constitucional nº 47/2005, LC 103/04, art. 23, Lei 103/04, art. 25, incisos I a X, § único da EC 19/98, LC 103/04, art. 22, § 3º e Lei 103/04, art. 27, inciso I e/c art. 22, § 2º. Valor dos proventos R\$ 8.278,12 (Oito mil, duzentos e setenta e oito reais e doze centavos). Cálculos de fls. 52 - PRPREV, em cumprimento de ordem judicial nos autos nº 0006090-71.2020.8.16.0173 1ª Vara da Fazenda Pública de Umuarama/PR



SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
DE OBRAS PÚBLICAS - SEDU
SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE



PROGRAMA TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO DE BEM(NS)

Município : Congonhinhas

Modalidade : Pregão

Nr. : 1021/2021

Objeto : Aquisição de Equipamento(s) Rodoviário(s) sendo: Lote 1 - 01 (UM) CAMINHÃO 6x2 equipado com CAÇAMBA BASCULANTE, Fabricação/Modelo 2021/2021, novo, zero km, marca Mercedes Benz, modelo 2426/36, motor MB/OM 926 LA, 06 (seis) cilindros com 256 CV de potência, direção hidráulica, transmissão com 6 (seis) marchas à frente e 01 (uma) ré, pneus radiais 275/80R22,5, PBT de 23.000 kg (homologado), ar condicionado, rádio, USB, vidros e travas elétrica, equipado com caçamba basculante de 10,0 m³ construída em aço SAE1020, ASTM A-36 ou SAC-350 caixa de carga espessura 1/4, (frontal, assoalho, laterais e tampa traseira) confeccionada em chapa de aço estrutural, tomada de força, caixa de ferramentas, para-choques traseiro de acordo com a resolução 152/03 do CONTRAN, tanque cheio, emplacado e licenciado em nome do Município com placas devidamente fixadas, lacradas e todas as taxas quitadas para permissão legal de trânsito, garantia de 24 meses da entrada em operação e demais características técnicas constantes no MODELO 07 anexo II do edital - (Procedimento Licitatório - PE 1021/2021 - SRP-SEAP/DEAM - Lote 2).

Lote(s) : 1==> R\$ 519.968,89

Tem o presente por objetivo autorizar essa Municipalidade a efetivar a contratação de fornecimento dos bens objeto dessa autorização, mediante a assinatura do contrato com o fornecedor vencedor:

Lote 1 - SAVANA COM. DE VEÍCULOS LTDA - S José dos Pinhais

A presente Autorização prende-se ao fato de que o Município firmou o Termo de Aceite de Aquisição de Bem(ns) Móvel(is) de acordo com a quantidade e características técnicas do(s) referido(s) Bem(ns).

Aquisição de Equipamento(s) Rodoviário(s) sendo: Lote 1 - 01 (UM) CAMINHÃO 6x2 equipado com CAÇAMBA BASCULANTE, Fabricação/Modelo 2021/2021, novo, zero km, marca Mercedes Benz, modelo 2426/36, motor MB/OM 926 LA, 06 (seis) cilindros com 256 CV de potência, direção hidráulica, transmissão com 6 (seis) marchas à frente e 01 (uma) ré, pneus radiais 275/80R22,5, PBT de 23.000 kg (homologado), ar condicionado, rádio, USB, vidros e travas elétrica, equipado com caçamba basculante de 10,0 m³ construída em aço SAE1020, ASTM A-36 ou SAC-350 caixa de carga espessura 1/4, (frontal, assoalho, laterais e tampa traseira) confeccionada em chapa de aço estrutural, tomada de força, caixa de ferramentas, para-choques traseiro de acordo com a resolução 152/03 do CONTRAN, tanque cheio, emplacado e licenciado em nome do Município com placas devidamente fixadas, lacradas e todas as taxas quitadas para permissão legal de trânsito, garantia de 24 meses da entrada em operação e demais características técnicas constantes no MODELO 07 anexo II do edital - (Procedimento Licitatório - PE 1021/2021 - SRP-SEAP/DEAM - Lote 2).

Alertamos:

- A necessidade da observância do contido na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para a efetivação dos atos ora autorizados;
- Este(s) lote(s) tem o valor total viabilizado de R\$ 0,00 com a seguinte composição : Recursos não reembolsáveis provenientes da SEDU: R\$340.000,00; Contrapartida Municipal: R\$179.968,89; distribuídos entre o(s) lote(s): Lote: 1 Total: R\$519.968,89; Recursos não reembolsáveis provenientes da SEDU: R\$340.000,00; Contrapartida Municipal: R\$179.968,89;

- Contrato de fornecimento conforme modelo anexo (impresso/meio magnético).

Curitiba, 13/04/2022

Carlos Massa Ratinho Jr
Governador do Estado do Paraná

Augustinho Zucchi
Secretário do Desenv. Urbano e de Obras Públicas



PARANACIDADE

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E
DE OBRAS PÚBLICAS - SEDU
SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE**



Associação : **AMUNOP**
Escritório Regional : **Escritório Regional de Londrina**
Contratos de empréstimo : **PROGRAMA TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS -**
SAM Projeto Nr : **32**



Assessoria PMC <assessor.pmc@gmail.com>

ENC: SEDU P.E 1021 -Autorização Ata Registro de Preços - PM Congonhinhas

1 mensagem

Jeniffer Juliano Batista Faria (Savana São José) <Jeniffer@savana.com.br>
Para: "assessor.pmc@gmail.com" <assessor.pmc@gmail.com>

10 de maio de 2022 09:17

Bom dia,

Estamos ok com a contratação.

Seguem os documentos para elaboração do contrato, o responsável pela assinatura é o Sr Eugenio Ramiro da Silva.

Gentileza enviar o contrato para o meu email mesmo.

Obrigada.

**Jeniffer Juliano B. Faria**

Coordenadora de Vendas a Governo

Jeniffer@savana.com.br

041 3405-2535 | 041 9 9235-7761

Curitiba São José dos Pinhais Joinville Ponta Grossa
Foz de Iguaçu Maringá Registro Jandaia

Savana
faz parte da sua história

GRUPO
AGUIABRANCA

STYLAS

Mercedes Club

Renov

ALLIANCE

De: Assessoria PMC <assessor.pmc@gmail.com>

Enviada em: segunda-feira, 9 de maio de 2022 09:53

Para: Jeniffer Juliano Batista Faria (Savana São José) <Jeniffer@savana.com.br>

Assunto: Autorização Ata Registro de Preços - PM Congonhinhas

ATENÇÃO: Este e-mail é de um remetente externo à organização. Não clique em links ou abra anexos, a menos que reconheça o remetente e confirme que o conteúdo é seguro.

Srta. Jennifer, conforme contato encaminho autorização para Adesão a ata de registro de preços do Governo de Estado.

Solicitamos, autorização desta empresa para Adesão a Ata, bem como os documentos necessários a adesão.

At

Marcelo Haruhiko Shimysu

Controladoria interna Municipal

6 anexos

 01 congonhinas_sam_32_autorizacao_para_contratacao-signed.pdf
450K

 ATA REUNIÃO -ELEIÇÃO ADM -VC 30-12-2022.pdf
934K

 CND ESTADUAL -VC-24-06-2022.pdf
20K

 CND FEDERAL-INSS 21-05-2022 .pdf
78K

 CNDT -TRABALHISTA -VENC -30-08-22 pdf - Copia.pdf
85K

 RG E CPF-AUTENTICADO -EUGENIO RAMIRO FILHO.pdf
153K

Certidão Negativa

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 24.706.364/0001-50

FOUR SAVANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 24/06/2022 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **SAVANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA**
CNPJ: **24.706.364/0001-50**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:19:03 do dia 22/11/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 21/05/2022.

Código de controle da certidão: **EAEC.AF0B.0198.3F1D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SAVANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 24.706.364/0001-50

Certidão nº: 7273643/2022

Expedição: 03/03/2022, às 18:34:09

Validade: 30/08/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SAVANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **24.706.364/0001-50**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

"SAVANA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA."
NIRE 41208376597 | CNPJ/MF nº 24.706.364/0001-50

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Ata de reunião dos sócios da **SAVANA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, brasileira, com sede na Rodovia Contorno Leste BR 116, nº 5.615, Loja 02, Quississana, São José dos Pinhais-PR, CEP 83.085-058, e foro na comarca de Curitiba, Estado do Paraná, com atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 41208376597, em 02 de maio de 2016, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.706.364/0001-50, que deliberam o que segue: **Data, hora e local:** 02 de dezembro de 2021, às 15:40 horas, na sede da sociedade, localizada à Rodovia Contorno Leste BR 116, nº 5.615, Loja 02, Quississana, São José dos Pinhais-PR, CEP 83.085-058. **Presenças:** A totalidade dos sócios. **Composição da mesa:** Ríquel Chieppe – presidente e Uarlem de Nazaré Oliveira – secretário. **Convocação:** Dispensada tendo em vista a presença da totalidade dos sócios. **Declaração:** Os sócios declaram ainda que a reunião obedeceu a todas as formalidades legais. **Ordem do dia:** 1) Reeleição de administradores. **DELIBERAÇÃO APROVADA POR UNANIMIDADE:** 1) Ficam reeleitos, por unanimidade, os administradores da sociedade, cujo novo mandato terá início em 1º de janeiro de 2022, mediante aposição de assinaturas no Termo de Posse, com mandato previsto para término em 31 de dezembro de 2022, permanecendo em seus cargos até a eleição de novos membros para substituí-los, sendo eles: **a) Ríquel Chieppe**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade nº 1.046.625 SSP/ES e inscrito no CPF/MF sob o nº 896.200.207-82; **b) Marcelo Mendonça Tinti**, brasileiro, casado, tecnólogo mecânico, portador da Carteira de Identidade nº 691.221 SPTC/ES e inscrito no CPF/MF sob o nº 862.361.217-53; **c) Andréia Gabriel Bastos Ferreira**, brasileira, casada, contabilista, portadora da Carteira de Identidade nº 1.360.752 SPTC/ES e inscrita no CPF/MF sob o nº 076.233.937-31; e **d) Eugênio Ramiro da Silva Filho**, brasileiro, casado, Engenheiro Mecânico, portador da carteira de Identidade nº 845020 SSP-ES e inscrito no CPF/MF sob o nº 998.183.377-00. Todos presentes, observando o disposto no *caput* do artigo 72, da Lei 10.406/2002, indicam, para atos inerentes à sociedade, terem domicílio na Rodovia Contorno Leste BR 116, nº 5.615, Loja 02, Quississana, São José dos Pinhais-PR, CEP 83.085-058, local onde exercem, de forma regular, suas atividades profissionais relacionadas à sociedade, declarando ainda aceitar os cargos para os quais foram eleitos. Declararam também que não estão incursos nas proibições inseridas na legislação vigente, comprometendo-se a dirigir a companhia com lealdade. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata em livro próprio, a qual, tendo sido lida e aprovada vai por todos os presentes assinada, em via única. São José dos Pinhais/PR, 02 de dezembro de 2021. Assinaturas: Ríquel Chieppe, presidente da mesa, Andréia Gabriel Bastos Ferreira, secretária. Sócios Presentes: VD Comércio de Veículos Ltda., representada pelos administradores Ríquel Chieppe e Andréia Gabriel Bastos Ferreira; e DIVESA – Distribuidora Curitibana de Veículos Ltda., representada pelos administradores Alexandre Zacarias Frare e André Zacarias Frare. Confere com a original lavrada no livro de Atas de Reunião de Sócios da sociedade.

São José dos Pinhais/PR, 02 de dezembro de 2021.

Documento assinado digitalmente por Ríquel Chieppe, como presidente da mesa e **Andréia Gabriel Bastos Ferreira**, como secretária da mesa. Documento assinado por **Ríquel Chieppe** e **Andréia Gabriel Bastos Ferreira** em nome de **VD COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.** e, **Alexandre Zacarias Frare** e **André Zacarias Frare**, em nome de **DIVESA – ADMINISTRADORA DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa SAVANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
07623393731	ANDREIA GABRIEL BASTOS FERREIRA
75897903972	ALEXANDRE ZACARIAS FRARE
83684832987	ANDRE ZACARIAS FRARE
89620020782	RIGUEL CHIEPPE



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/12/2021 14:28 SOB Nº 20218236530.
PROTOCOLO: 218236530 DE 09/12/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12109036229. CNPJ DA SEDE: 24706364000150.
NIRE: 41208376597 COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 06/12/2021.
SAVANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRAFEGO
E CATEGORIA NACIONAL DE FAMILIARIDADE

PR

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

2176719308

NOME
EUGENIO RAMIRO DA SILVA FILHO

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
845020 SSP ES

CPF
998.183.377-00

DATA NASCIMENTO
26/07/1970

FILIAÇÃO
EUGENIO RAMIRO DA SILVA
HILDA OLIMPIA DA SILVA

PERMISSÃO
ACC

CAT. HAB.
D

Nº REGISTRO
01644906437

VALIDADEZ
12/01/2026

1ª HABILITAÇÃO
01/08/1989

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
CURITIBA, PR

DATA EMISSÃO
12/01/2021

ASSINATURA DO EMISSOR

47095865787
PR919314254

PARANÁ

PROIBIDO PLASTIFICAR

2176719308

1- TABELIONATO DE NOTAS
SAO JOSE dos Pinhais - PR
Rua Dalton B. Silva, Cordeiro
nº 100 - Jd. C. A. A.
Fone: (41) 3333-3333
CNPJ nº 08.000.000/0001-00

22 APR. 2021

JOSE ROBERTO K.

SELO
EUNARPEN

10

Tabelionato de Notas
SELO Exclusivo para
Autenticação de Cópia

FTH13845

• C.R.C. SELADO AO TERMINO •



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CERTIDÃO N.º 134/2022

EXISTÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO: Processo 63/2022 – Prefeitura Municipal

ASSUNTO: Inexigibilidade de Licitação: Caminhão 6x2 equipado com CAÇAMBA BASCULANTE, fab/mod 2021/2021, novo, zero km, marca Mercedes Benz, modelo 2426/36, motor MB/OM 926 LA, 06(seis) cilindros com 256 CV de potência, direção hidráulica, transmissão com 6 (seis) marchas à frente e 01 (uma) ré, pneus radiais 275/80 R22,5, PTB de 23.000 kg (homologado), ar condicionado, rádio USB, vidros e travas elétrica, equipado com com caçamba basculante de 10,0m³ construída em aço SAE1020, ASTM A-36 OU SAC-350.

CERTIFICAMOS para os devidos fins, que as *dotações 312 – 4.4.90.52 Equipamentos e Material Permanente*, mencionada no processo supracitado, encontram-se devidamente compatível com o orçamento geral do município, para o exercício de 2022.

Ainda nessa toada, certificamos que os saldos existentes na data desta declaração, são **SUFICIENTES** para a continuidade deste processo.

Lei 4.320/64

Art. 2º A Lei do Orçamento contera a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade.

Art. 90 A contabilidade deverá evidenciar, em seus registros, o montante dos créditos orçamentários vigentes, a despesa empenhada e a despesa realizada, à conta dos mesmos créditos, e as dotações disponíveis.

ALERTAMOS que a execução deste contrato deverá ser realizada, somente após a verificação do saldo orçamentário e a real disponibilidade financeira, ou seja, só será feito o empenho após a devida verificação.

Congonhinhas – PR, 12 de maio de 2022.

Assinado de forma digital por SILAS
RENAN DE OLIVEIRA/4058410680/
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=Secretaria da Receita Federal
do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3,
ou=EM BRANCO,
ou=12494298000112, cn=SILAS
RENAN DE OLIVEIRA/4058410680/
Dados: 2022.05.13 15:44:45 -03'00'

SILAS RENAN DE OLIVEIRA
CONTADORIA MUNICIPAL
CRC - MS013356/O-2



062
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

TERMO DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Atendendo à solicitação da Secretária Municipal de Serviços Públicos, informamos que para a contratação pleiteada, foi instaurado o **Processo sob nº 063//2022**, cujo procedimento se dará através de **Inexigibilidade de Licitação** sob nº 012/2022, nos termos do Art. 25, Inciso CAPUT, da Lei nº 8.666, de 1993.

Em: 11 de maio de 2022.

Franciele Aparecida da Cruz Silva
Chefe do Setor de Licitação

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO****PROCESSO Nº 063/2022****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2022****PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Tendo em vista o Processo em pauta, a solicitação pretendida pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos, objetiva a contratação da empresa **SAVANA COMERCIO DE VEICULOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 24.706.364/0001-50, com sede na Rod Contorno Leste Br-116, nº5615 - LOJA 02, Bairro/Distrito Quississana, São José Dos Pinhais estado do Paraná, CEP 83.085-058, para Adesão a Ata de Registro de Preços do Processo Licitatório PE-1021/2021, Protocolo nº178260065, data de publicação 27/01/2022 com validade da Ata 26/01/2023, Secretaria de Estado da Administração e da Previdência-SEAP e Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON / Sistema GMS- Gestão de Materiais e Serviços, no valor total de R\$ 519.968,89 (quinhentos e dezenove mil, novecentos e sessenta e oito reais e oitenta e nove centavos).

Quanto aos requisitos de habilitação, a proponente acima qualificada apresentou a documentação de acordo com o preconizado no art. 27, da Lei nº 8.666, de 1993.

Desta forma, submetemos o processo em pauta à Assessoria Jurídica para que se manifeste sobre a legalidade da contratação com Inexigibilidade de Licitação, nos termos do art. 25, inciso CAPUT, da Lei nº 8.666, de 1993.

Congonhinhas, 11 de maio de 2022.

Franciele Aparecida da Cruz (Presidente)

Jane Moreira Campos (Membro)

Clemente Fernandes Rodrigues (Membro)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 045/2022

JOSÉ OLEGÁRIO RIBEIRO LOPES, Prefeito do Município de Congonhinhas, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe confere o Art. 51, § 3º da Lei nº 141/1993, de 21/06/1993, Art. 3º, Inciso IV, § 1º, da Lei nº 10.520, de 21/07/2002 e Art. 1º do Decreto Municipal nº 1508 de 10/02/2009, resolve:

Art. 1º DESIGNAR a Comissão composta pelos servidores abaixo, para exercer as funções em Licitações Modalidades Concorrência Tomada de Preços, Dispensa de Licitação, Inexigibilidades e demais atos pertinentes a Lei nº 8.666/1993, bem como, Licitações na Modalidade Pregão Presencial e eletrônico, nos moldes da Lei Federal nº 10.520/2002, ficando atribuídos aos membros, entre outros, a análise, classificação de propostas e lances, bem como, examinar, habilitar, admitir, praticar todos os atos que forem necessários com relação aos procedimentos estatísticos nas modalidades referenciadas acima, que venham a ser instaurados pelo Município de Congonhinhas, Estado do Paraná, até o dia 31 de dezembro de 2022.

Presidente da CPL e Pregoeiro

Franciele Aparecida da Cruz - RG nº 8.374.174-0-PR e CPF/MF nº 926.894.619-01

Membros da CPL e Equipe de Apoio

Jane Moreira Campos - RG nº 6.578.328-2 e CPF/MF nº 942.895.769-04

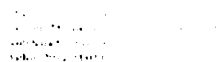
Clemente Fernandes Rodrigues - RG nº 8.300.016-3 - CPF/MF nº 927.110.389-48

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Congonhinhas - em 02 de maio de 2022

JOSÉ OLEGÁRIO
RIBEIRO

LOPES:04209982920


José Olegário Ribeiro Lopes

JOSÉ OLEGÁRIO RIBEIRO LOPES
Prefeito Municipal

DOUGLAS DANILLO

BARRETO DA SILVA

DOUGLAS DANILLO BARRETO DA SILVA
Assessor Jurídico
Decreto nº 3080/2021

Prefeitura Municipal de Congonhinhas - Estado do Paraná

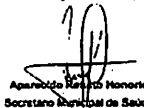
Referência: Diário da Prefeitura nº 001/2022
Assunto: Convênio de 02 de Março de 2022, para a realização de obras de infraestrutura no município de Congonhinhas.

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONGONHINHAS - PARANÁ, por meio de sua Secretária Municipal, APARECIDA RIBEIRO LOPES, tendo em vista a existência de dispensa de licitação (conforme consta da Certidão nº. 028/2022 - Pág. 105), havendo Parecer Jurídico favorável à contratação em espécie, com como resultado favoravelmente justificadas as razões para a adoção de modalidade de Dispensa de Licitação, nos moldes do art. 24, IV, da Lei 8.666/91, estando o processo formalizado em ordem, RATIFICA a Dispensa de Licitação, nos termos do artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/91 e determina a lavratura do instrumento contratual que a faz necessária.

Encaminha-se o projeto de licitação à Comissão de Licitação para as providências necessárias.

Congonhinhas (PR), 03 de março de 2022


Aparecida Ribeiro Lopes
Secretaria Municipal de Saúde

PORTARIA Nº. 44 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022

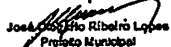
JOSÉ OLEGÁRIO RIBEIRO LOPES, Prefeito Municipal de Congonhinhas, Estado do Paraná, no uso das atribuições a que lhe confere o artigo 24º do Estatuto dos Municípios Públicos Municipais, RESOLVE:

Art. 1º Designar as servidoras Franciele Aparecida da Cruz Silva (PRESIDENTE), portadora do CNRG nº. 0.374.174-0, Dirlene Aparecida da Lima (MEMBRO), portadora do CNRG nº. 0.884.698-0 e Érica Cristiane de Souza (MEMBRO), portadora do CNRG nº. 0.018.487-8, sob a presidência da primeira, a Instrução de Processo Administrativo Disciplinar visando a apuração de possíveis irregularidades ocorridas na prestação de serviços médicos nos anos de 2018 e 2019, referentes aos consórcios 0432017 e 0442017.

Art. 2º Estabelecer o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos da referida comissão, podendo ser prorrogado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Congonhinhas, em 24 de fevereiro de 2022.


José Olegário Ribeiro Lopes
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.137 DE 02 DE MARÇO DE 2022

Objeto: Ato de criação de termo de convênio entre o Conselho Intermunicipal de Saúde do Paraná - CISP e a Prefeitura Municipal de Congonhinhas, para a realização de obras de infraestrutura no município de Congonhinhas.

A Câmara Municipal de Congonhinhas, Estado do Paraná, por meio de seus representantes legais, aprova a seguinte:

Art. 1º O Município de Congonhinhas faz convênio com o Conselho Intermunicipal de Saúde do Paraná - CISP e a fim de que os municípios convencionados a esse possam realizar o atendimento de urgência e atendimento na Casa Lar Delfim Faria, sediada na cidade e comarca de Congonhinhas.

Art. 2º, Haverá repasse de 40% das vagas existentes no Município de Congonhinhas, sendo que as vagas serão proporcionais de acordo com as necessidades dos municípios convencionados ao CISP.

Parágrafo único: A cota poderá ser posteriormente revista e depender da necessidade de atendimento.

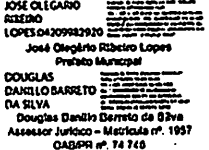
Art. 3º, O valor a ser repassado pelo CISP ao Município de Congonhinhas será estabelecido de comum acordo entre as partes.

Parágrafo único: O valor ajustado pode ser revisado a qualquer tempo mediante comum acordo pelas partes.

Art. 4º, Toda a estrutura física e de pessoal já existente na Casa Lar estará à disposição dos acordos encaminha para o CISP.

Art. 5º, Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Congonhinhas, 02 de março de 2022


José Olegário Ribeiro Lopes
Prefeito Municipal

DOUGLAS DANILLO BARRETO DA SILVA

Assessor Jurídico - Matrícula nº. 1937

CABPR nº. 74.748

PORTARIA Nº 045/2022

JOSÉ OLEGÁRIO RIBEIRO LOPES, Prefeito do Município de Congonhinhas, Estado do Paraná, usando das atribuições a que lhe confere o Art. 51, § 3º da Lei nº 8.009/93 de 21/09/1993, Art. 2º, inciso IV, § 1º da Lei nº 10.520/2002, e Art. 10º, inciso II do Decreto Municipal nº 1509 de 10/02/2020, resolve:

Art. 1º DESIGNAR a Comissão composta pelas servidoras abaixo, para examinar as licitações de Licitação Modalidade Concorrência, Tomada de Preços, Condições de Fornecimento, Inexigibilidade e demais atos pertinentes à Lei Federal nº 8.009/1993, bem como Licitação na Modalidade Pregão Presencial e Eletrônico, nos moldes da Lei Federal nº 10.520/2002, ficando atribuídas aos membros, o recebimento, a análise, classificação de propostas e licitação, bem como, examinar, habilitar, adjudicar e emitir todos os atos que forem necessários para o devido andamento das licitações nas modalidades referenciadas acima, que venham a ser instruídas pelo Município de Congonhinhas, Estado do Paraná, até o dia 31 de dezembro de 2022.

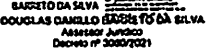
Presidente da CPL e Pregoeiro: Franciele Aparecida da Cruz - RD nº 0.374.174-0 e CPF nº 038.654.018-02

Membros da CPL e Equipe de Apoio: Jéssica Campos - RD nº 0.579.326-2 e CPF nº 842.805.708-04

Cláudia Fernandes Rodrigues - RD nº 0.300.016-3 - SSP-PR e CPF nº 031.110.107-48

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Congonhinhas, em 02 de março de 2022


José Olegário Ribeiro Lopes
Prefeito Municipal

DOUGLAS DANILLO BARRETO DA SILVA

Assessor Jurídico - Matrícula nº. 1937

DOUGLAS DANILLO BARRETO DA SILVA

Assessor Jurídico - Matrícula nº. 1937

PORTARIA Nº 046/2022

JOSÉ OLEGÁRIO RIBEIRO LOPES, Prefeito do Município de Congonhinhas, Estado do Paraná, usando das atribuições a que lhe confere o Art. 51, § 3º da Lei nº 8.009/93 de 21/09/1993, Art. 2º, inciso IV, § 1º da Lei nº 10.520/2002, e Art. 10º, inciso II do Decreto Municipal nº 1509 de 10/02/2020, resolve:

Art. 1º DESIGNAR a Comissão composta pelas servidoras abaixo, para examinar as licitações de Licitação Modalidade Concorrência, Tomada de Preços, Condições de Fornecimento, Inexigibilidade e demais atos pertinentes à Lei Federal nº 8.009/1993, bem como, Licitação na Modalidade Pregão Presencial e Eletrônico, nos moldes da Lei Federal nº 10.520/2002, ficando atribuídas aos membros, o recebimento, a análise, classificação de propostas e licitação, bem como, examinar, habilitar, adjudicar e emitir todos os atos que forem necessários para o devido andamento das licitações nas modalidades referenciadas acima, que venham a ser instruídas pelo Município de Congonhinhas, Estado do Paraná, até o dia 31 de dezembro de 2022.

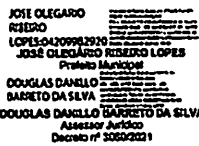
Presidente da CPL e Pregoeiro: Franciele Aparecida da Cruz - RD nº 0.374.174-0 e CPF nº 038.654.018-02

Membros da CPL e Equipe de Apoio: Jéssica Campos - RD nº 0.579.326-2 e CPF nº 842.805.708-04

Cláudia Fernandes Rodrigues - RD nº 0.300.016-3 - SSP-PR e CPF nº 031.110.107-48

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Congonhinhas, em 02 de março de 2022.


José Olegário Ribeiro Lopes
Prefeito Municipal

DOUGLAS DANILLO BARRETO DA SILVA

Assessor Jurídico - Matrícula nº. 1937

DOUGLAS DANILLO BARRETO DA SILVA

Assessor Jurídico - Matrícula nº. 1937

PORTARIA Nº 047/2022

JOSÉ OLEGÁRIO RIBEIRO LOPES, Prefeito do Município de Congonhinhas, Estado do Paraná, usando das atribuições a que lhe confere o Art. 51, § 3º da Lei nº 8.009/93 de 21/09/1993, Art. 2º, inciso IV, § 1º da Lei nº 10.520/2002, e Art. 10º, inciso II do Decreto Municipal nº 1509 de 10/02/2020, resolve:

Art. 1º DESIGNAR a Comissão composta pelas servidoras abaixo, para examinar as licitações de Licitação Modalidade Concorrência, Tomada de Preços, Condições de Fornecimento, Inexigibilidade e demais atos pertinentes à Lei Federal nº 8.009/1993, bem como, Licitação na Modalidade Pregão Presencial e Eletrônico, nos moldes da Lei Federal nº 10.520/2002, ficando atribuídas aos membros, o recebimento, a análise, classificação de propostas e licitação, bem como, examinar, habilitar, adjudicar e emitir todos os atos que forem necessários para o devido andamento das licitações nas modalidades referenciadas acima, que venham a ser instruídas pelo Município de Congonhinhas, Estado do Paraná, até o dia 31 de dezembro de 2022.

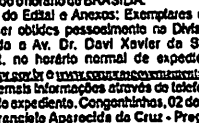
Presidente da CPL e Pregoeiro: Franciele Aparecida da Cruz - RD nº 0.374.174-0 e CPF nº 038.654.018-02

Membros da CPL e Equipe de Apoio: Jéssica Campos - RD nº 0.579.326-2 e CPF nº 842.805.708-04

Cláudia Fernandes Rodrigues - RD nº 0.300.016-3 - SSP-PR e CPF nº 031.110.107-48

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Congonhinhas, em 02 de março de 2022.


José Olegário Ribeiro Lopes
Prefeito Municipal

DOUGLAS DANILLO BARRETO DA SILVA

Assessor Jurídico - Matrícula nº. 1937

DOUGLAS DANILLO BARRETO DA SILVA

Assessor Jurídico - Matrícula nº. 1937

PORTARIA Nº 048/2022

JOSÉ OLEGÁRIO RIBEIRO LOPES, Prefeito do Município de Congonhinhas, Estado do Paraná, usando das atribuições a que lhe confere o Art. 51, § 3º da Lei nº 8.009/93 de 21/09/1993, Art. 2º, inciso IV, § 1º da Lei nº 10.520/2002, e Art. 10º, inciso II do Decreto Municipal nº 1509 de 10/02/2020, resolve:

Art. 1º DESIGNAR a Comissão composta pelas servidoras abaixo, para examinar as licitações de Licitação Modalidade Concorrência, Tomada de Preços, Condições de Fornecimento, Inexigibilidade e demais atos pertinentes à Lei Federal nº 8.009/1993, bem como, Licitação na Modalidade Pregão Presencial e Eletrônico, nos moldes da Lei Federal nº 10.520/2002, ficando atribuídas aos membros, o recebimento, a análise, classificação de propostas e licitação, bem como, examinar, habilitar, adjudicar e emitir todos os atos que forem necessários para o devido andamento das licitações nas modalidades referenciadas acima, que venham a ser instruídas pelo Município de Congonhinhas, Estado do Paraná, até o dia 31 de dezembro de 2022.

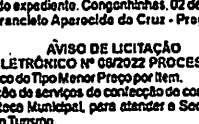
Presidente da CPL e Pregoeiro: Franciele Aparecida da Cruz - RD nº 0.374.174-0 e CPF nº 038.654.018-02

Membros da CPL e Equipe de Apoio: Jéssica Campos - RD nº 0.579.326-2 e CPF nº 842.805.708-04

Cláudia Fernandes Rodrigues - RD nº 0.300.016-3 - SSP-PR e CPF nº 031.110.107-48

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Congonhinhas, em 02 de março de 2022.


José Olegário Ribeiro Lopes
Prefeito Municipal

DOUGLAS DANILLO BARRETO DA SILVA

Assessor Jurídico - Matrícula nº. 1937

DOUGLAS DANILLO BARRETO DA SILVA

Assessor Jurídico - Matrícula nº. 1937

PORTARIA Nº 049/2022

JOSÉ OLEGÁRIO RIBEIRO LOPES, Prefeito do Município de Congonhinhas, Estado do Paraná, usando das atribuições a que lhe confere o Art. 51, § 3º da Lei nº 8.009/93 de 21/09/1993, Art. 2º, inciso IV, § 1º da Lei nº 10.520/2002, e Art. 10º, inciso II do Decreto Municipal nº 1509 de 10/02/2020, resolve:

Art. 1º DESIGNAR a Comissão composta pelas servidoras abaixo, para examinar as licitações de Licitação Modalidade Concorrência, Tomada de Preços, Condições de Fornecimento, Inexigibilidade e demais atos pertinentes à Lei Federal nº 8.009/1993, bem como, Licitação na Modalidade Pregão Presencial e Eletrônico, nos moldes da Lei Federal nº 10.520/2002, ficando atribuídas aos membros, o recebimento, a análise, classificação de propostas e licitação, bem como, examinar, habilitar, adjudicar e emitir todos os atos que forem necessários para o devido andamento das licitações nas modalidades referenciadas acima, que venham a ser instruídas pelo Município de Congonhinhas, Estado do Paraná, até o dia 31 de dezembro de 2022.

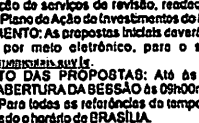
Presidente da CPL e Pregoeiro: Franciele Aparecida da Cruz - RD nº 0.374.174-0 e CPF nº 038.654.018-02

Membros da CPL e Equipe de Apoio: Jéssica Campos - RD nº 0.579.326-2 e CPF nº 842.805.708-04

Cláudia Fernandes Rodrigues - RD nº 0.300.016-3 - SSP-PR e CPF nº 031.110.107-48

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Congonhinhas, em 02 de março de 2022.


José Olegário Ribeiro Lopes
Prefeito Municipal

DOUGLAS DANILLO BARRETO DA SILVA

Assessor Jurídico - Matrícula nº. 1937

DOUGLAS DANILLO BARRETO DA SILVA

Assessor Jurídico - Matrícula nº. 1937

PORTARIA Nº 050/2022

JOSÉ OLEGÁRIO RIBEIRO LOPES, Prefeito do Município de Congonhinhas, Estado do Paraná, usando das atribuições a que lhe confere o Art. 51, § 3º da Lei nº 8.009/93 de 21/09/1993, Art. 2º, inciso IV, § 1º da Lei nº 10.520/2002, e Art. 10º, inciso II do Decreto Municipal nº 1509 de 10/02/2020, resolve:

Art. 1º DESIGNAR a Comissão composta pelas servidoras abaixo, para examinar as licitações de Licitação Modalidade Concorrência, Tomada de Preços, Condições de Fornecimento, Inexigibilidade e demais atos pertinentes à Lei Federal nº 8.009/1993, bem como, Licitação na Modalidade Pregão Presencial e Eletrônico, nos moldes da Lei Federal nº 10.520/2002, ficando atribuídas aos membros, o recebimento, a análise, classificação de propostas e licitação, bem como, examinar, habilitar, adjudicar e emitir todos os atos que forem necessários para o devido andamento das licitações nas modalidades referenciadas acima, que venham a ser instruídas pelo Município de Congonhinhas, Estado do Paraná, até o dia 31 de dezembro de 2022.

Presidente da CPL e Pregoeiro: Franciele Aparecida da Cruz - RD nº 0.374.174-0 e CPF nº 038.654.018-02

Membros da CPL e Equipe de Apoio: Jéssica Campos - RD nº 0.579.326-2 e CPF nº 842.805.708-04

Cláudia Fernandes Rodrigues - RD nº 0.300.016-3 - SSP-PR e CPF nº 031.110.107-48

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Congonhinhas, em 02 de março de 2022.


José Olegário Ribeiro Lopes
Prefeito Municipal

DOUGLAS DANILLO BARRETO DA SILVA

Assessor Jurídico - Matrícula nº. 1937

DOUGLAS DANILLO BARRETO DA SILVA

Assessor Jurídico - Matrícula nº. 1937

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2022 PROCESSO Nº 014/2022
Forma: Eletrônica do Tipo Menor Preço por Item.

Objeto: Aquisição de materiais para reestruturação da rede de dados interna do prédio da Prefeitura Municipal.

ENCAMINHAMENTO: As propostas iniciais deverão ser encaminhadas exclusivamente por meio eletrônico, para o seguinte endereço: www.congoinhas.pr.gov.br.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h:59min do dia 23/03/2022, com ABERTURA DA SESSÃO às 09h00min do mesmo dia, no endereço acima. Para todas as referências de tempo mencionadas neste edital será observado o horário de Brasília.

Disponibilidade do Edital e Anexos: Exemplares deste Edital e seus anexos poderão ser obtidos pessoalmente na Divisão de Licitação da Prefeitura, situada a Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, Centro, Congonhinhas/PR, no horário normal de expediente, ou nos sites www.congoinhas.pr.gov.br e www.congoinhas.pr.gov.br.

Informações: Demais informações através de telefone (43) 3554-1212, no horário normal de expediente, Congonhinhas, 02 de março de 2022.

Franciele Aparecida da Cruz - Pregoeira

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 099/2021 - TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2022
OBJETO: Contratação de empresa para a construção de 02 (dois) barracos industriais com 250 (duzentos e cinquenta) metros quadrados, cada barracão, contendo escotilha, capô, banheiro e área de produção.

DATADA ABERTURA: 14/12/2021 às 09h30min.

HOMOLOGAÇÃO: 25/02/2022.

VENCEDOR: BM & PENGENHARIA EIRELI

VALOR GLOBAL: R\$ 622.604,25 (seiscentos e vinte e dois mil e dozentos e quatro reais e vinte e cinco centavos) PRAZO DE EXECUÇÃO: 210 (duzentos e dez) dias.

Congonhinhas, 02 de março de 2022.

Franciele Aparecida da Cruz - Presidente da CPL

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 114/2021 - TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2022
OBJETO: Contratação de empresa para realização de obras de pavimentação polidâmica com pedras irregulares, em trechos da Estrada Municipal do Vaz, sentido aos patrimônios Nossa Senhora do Carmo e São Francisco do Imbuí, conforme parecer firmado entre Secretária de Estado da Agricultura e Abastecimento - SEAB e Município de Congonhinhas - Pr.

Convênio nº 317/2021. DATADA ABERTURA: 28/02/2022 às 09h30min.

A LICITAÇÃO EM Pauta FOI DECLARADA DESERTA, POR NÃO HAVER PROPOSTAS DE EMPRESAS INTERESSADAS E SERÁ REPUBLICADA COM NOVA DATA PARA ABERTURA. Congonhinhas, 02 de março de 2022.

Franciele Aparecida da Cruz - Presidente da CPL

AVISO DE LICITAÇÃO (REPETIÇÃO)

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2022 PROCESSO Nº 114/2021
Forma: Menor Preço.

Regime de Execução: Empreitada por Preço Global.

Objeto: Contratação de empresa para realização de obras de pavimentação polidâmica com pedras irregulares, em trechos da Estrada Municipal do Vaz, sentido aos patrimônios Nossa Senhora do Carmo e São Francisco do Imbuí, conforme parecer firmado entre Secretária de Estado da Agricultura e Abastecimento - SEAB e Município de Congonhinhas - Pr.

Convênio nº 317/2021. Abertura dos Envelopes: 28/03/2022.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h:00min do dia 28/03/2022, com ABERTURA DA SESSÃO às 09h30min do mesmo dia, no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Congonhinhas, sítio a Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, Centro. Para todas as referências de tempo mencionadas neste edital será observado o horário de Brasília.

Local: Prefeitura Municipal de Congonhinhas, sítio a Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, Centro.

Informações: Demais informações através de telefone (43) 3554-1212 no horário normal de expediente, Congonhinhas, 02 de março de 2022.

Franciele Aparecida da Cruz - Pregoeira

EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2022

PROCESSO Nº 012/2022 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 009/2022

CONTRATANTE: Município de Congonhinhas.

CONTRATADO: ASILIO SÃO FRANCISCO DE ASSIS DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de contratação de instalação de longa permanência para internação de paciente em situação de risco, em atendimento a recomendação do Ministério Público, que serão prestados nos condições estabelecidas neste Termo Contratual.

VALOR TOTAL: R\$ 12.540,00 (doze mil quinhentos e quarenta reais)

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado pelo Contratante no prazo de até o 10º dia do mês, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital e de 180 (cento e oitenta) dias, com início na data de 24/02/2022 e encerramento em 23/08/2022, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

DATA DA ASSINATURA: Congonhinhas, 24 de fevereiro de 2022. (a.) José Olegário Ribeiro Lopes - Prefeito Municipal.

Franciele Aparecida da Cruz - Pregoeira

Franciele Aparecida da Cruz - Pregoeira

Franciele Aparecida da Cruz - Pregoeira

Franciele Aparecida da Cruz - Pregoeira

Franciele Aparecida da Cruz - Pregoeira

Franciele Aparecida da Cruz - Pregoeira

Franciele Aparecida da Cruz - Pregoeira

Franciele Aparecida da Cruz - Pregoeira

Franciele Aparecida da Cruz - Pregoeira

Franciele Aparecida da Cruz - Pregoeira



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS E A EMPRESA

.....

O **MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 75.825.828/0001-88, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **José Olegário Ribeiro Lopes**, inscrito no CPF/MF sob nº 042.099.829-20, portador da cédula de identidade RG nº 652.029-SSP/PR, residente e domiciliado na Av. Dr. David Xavier da Silva, nº 567, Município de Congonhinhas, Estado do Paraná, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº/20....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de, que serão prestados nas condições estabelecidas neste Termo Contratual.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Processo de Dispensa de Licitação, identificada no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNIT./R\$



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1º, da Lei n. 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Pl:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de (.....) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3.1. Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

- 5.4.1. o prazo de validade;
 - 5.4.2. a data da emissão;
 - 5.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 5.4.4. o período de prestação dos serviços;
 - 5.4.5. o valor a pagar; e
 - 5.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 5.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 5.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 5.6.1. não produziu os resultados acordados;
 - 5.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
 - 5.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 5.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 5.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 5.9. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 5.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 5.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 5.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 5.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

5.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

5.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

5.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7. O reajuste será realizado por apostilamento.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, será o de empreitada por preço global.

8.2. O prazo de execução dos serviços será de (indicar o período de tempo previsto para a conclusão dos serviços), com início (indicar a data ou evento para o início dos serviços), na forma que segue:

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

9.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

9.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

9.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

9.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

9.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

(43) 3554-1107 • licitacao@congonhinhas.pr.gov.br

Avenida Doutor David Xavier da Silva, 266 • Centro, Congonhinhas, Paraná CEP 86.320-000
www.congonhinhas.pr.gov.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

9.9. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

9.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Contrato e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Contrato e em sua proposta;

10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Município, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

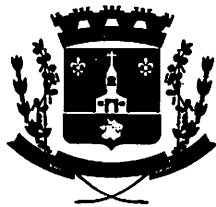
10.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

10.6. Quando não for possível a verificação da regularidade nos sítios eletrônicos oficiais, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

10.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

10.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

10.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

10.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Contrato, no prazo determinado.

10.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Contrato.

10.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

10.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto deste Contrato, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

10.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

10.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

10.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

10.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, nos termos dos arts. 86 e 87 da nº 8.666, de 1993, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.1.2. multa moratória de 1% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

12.1.3. multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.1.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.1.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;

12.1.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.2. As sanções previstas nos subitens 12.1.1, 12.1.5 e 12.1.6 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

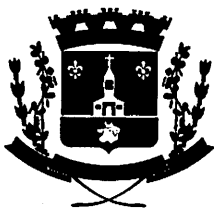
12.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Administração, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

12.5.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Administração poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

12.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Contrato.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- 13.4.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.4.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.4.3. indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

14.1. É vedado à CONTRATADA:

- 14.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 14.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

18. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Congonhinhas, Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Congonhinhas, ... de de 20.....

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-
2-

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****PROCURADORIA JURÍDICA****PARECER JURÍDICO**

Número: 205/2022
Referência: Inexigibilidade 012/2022
Assunto: Pedido de Parecer Técnico Inicial
Consulente: Secretaria Municipal de Serviços Públicos
Solicitação: 086/2022
Processo: 063/2022

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. Art. 25, I DA LEI nº 8.666/93. JUSTIFICATIVA- INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO. ADESÃO EM ATA DE REGISTRO DE PREÇOS REALIZADA PELO ESTADO DO PARANÁ. Aquisição de caminhão 6x2 equipado com CAÇAMBA BASCULANTE, fab/mod 2021/2021, novo zero km, marca Mercedez Benz, modelo 2426/36, motor MB/OM 926 LA, 06 (seis) cilindros com 256 CV de potência, direção hidráulica, transmissão com 6 (seis) marchas às e 01 (uma) ré, pneus radiais 275/80 R22,5, ptb de 23.000 KG, (homologado), ar condicionado, rádio USB, vidros e travas elétrica, equipado com caçamba basculante de 10,0 m³ construída em aço SAE1020, ASTM A-36 ou SAC-350.

1. RELATÓRIO:

Trata-se de solicitação oriunda da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, que consoante ao parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666 de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) requesta análise jurídica da



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

legalidade dos atos até o momento executados, bem como a plausibilidade da contratação por meio de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, I da Lei Federal n.º 8.666/1993.

A finalidade da contratação, conforme se depreende da leitura do da Solicitação de Compra nº 086/2022, visa à aquisição de caminhão 6x2 equipado com CAÇAMBA BASCULANTE, fab/mod 2021/2021, novo zero km, marca Mercedes Benz, modelo 2426/36, motor MB/OM 926 LA, 06 (seis) cilindros com 256 CV de potência, di-reção hidráulica, transmissão com 6 (seis) marchas às e 01 (uma) ré, pneus radiais 275/80 R22,5, ptb de 23.000 KG, (homologado), ar condicionado, rádio USB, vidros e travas elétrica, equipado com caçamba bas-culante de 10,0 m³ construída em aço SAE1020, ASTM A-36 ou SAC-350.

Os autos foram regularmente formalizados e encontram-se instruídos com os seguintes documentos, no que importa à presente análise:

- 1) Solicitação de Compra 86/2022
- 2) Justificativa;
- 3) Estudo Técnico Preliminar 05/2022;
- 4) Relatório de Cotação
- 5) Cópia da Ata de Registro de Preços Original
- 6) Documentos SAVANA COM. DE VEÍCULOS LTDA
- 7) Certidão de Existência de Dotação Orçamentária – nº 134/2022
- 8) Termo de Instauração de Procedimento Licitatório
- 9) Parecer da Comissão Permanente de Licitação
- 10) Termo de Contrato

Na sequência, o processo foi remetido a esta Procuradoria, para a análise prévia dos aspectos jurídicos, portanto, tem o escopo de assistir a Administração Pública no controle interno da legalidade dos atos administrativos praticados na aludida licitação.

Eis o relatório.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

2. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, o exame prévio e conclusivo dos textos de contratos ou instrumentos congêneres a serem celebrados e publicados.

Nossa função é justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

Importante salientar, que o exame dos autos processuais administrativos epigrafados se restringe aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências. Assim sendo, o ideal, para a melhor e completa instrução processual, é que sejam juntadas ou citadas as publicações dos atos de nomeação ou designação da autoridade e demais agentes administrativos, bem como, os Atos Normativos que estabelecem as respectivas competências, com o fim de que,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

em caso de futura auditoria, possa ser facilmente comprovado que quem praticou determinado ato tinha competência para tanto.

Finalmente, é nosso dever salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O prosseguimento do feito sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

Passo a priori fundamentar e a posteriori a opinar.

Conforme explanado, tratam os autos sobre a deflagração de Processo Licitatório na "modalidade" CARONA, tombado sob o nº 63/2022 para aquisição de caminhão 6x2 equipado com CAÇAMBA BASCULANTE, fab/mod 2021/2021, novo zero km, marca Mercedes Benz, modelo 2426/36, motor MB/OM 926 LA, 06 (seis) cilindros com 256 CV de potência, di-reção hidráulica, transmissão com 6 (seis) marchas às e 01 (uma) ré, pneus radiais 275/80 R22,5, ptb de 23.000 KG, (homologado), ar condicionado, rádio USB, vidros e travas elétrica, equipado com caçamba basculante de 10,0 m³ construída em aço SAE1020, ASTM A-36 ou SAC-350.

Sabendo da existência do procedimento licitatório, modalidade Pregão, na forma Eletrônica de nº PE 1.021/2021 – SRP, tipo menor preço, para aquisição de EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS (CAMINHÕES), de forma a atender demandas dos município do Estado do Paraná, realizado pelo Estado, o gestor do Município de Congonhinhas-PR pediu autorização para aderir a ata de registro de preços originada através do referido pregão.

Conforme despacho 41/2022 da Secretaria da Administração e da Previdência do Governo do Estado a aquisição dos itens elencados na Ata de Registro de preço serão efetivadas pelos municípios paranaenses através do Programa de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, nos termos do Decreto nº 8284 de 21 de novembro de 2017, no âmbito da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

A princípio, é necessário fazer algumas observações quanto a legalidade da “figura” do Carona, bem como do Sistema de Registro de Preços – SRP.

O Sistema de Registro de Preços está disciplinado no artigo 15, inciso II e §§ 1º a 6º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993:

“Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão: (...)

II - ser processadas através de sistema de registro de preços; (...)

§ 1º O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado. §2º Os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.

§3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições:

- I - seleção feita mediante concorrência;
- II - estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados;
- III - validade do registro não superior a um ano.

§4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

§5º O sistema de controle originado no quadro geral de preços, quando possível, deverá ser informatizado.

§6º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado.”

Importante acrescentar o contido no artigo 11 da Lei nº 10.520/02:

“Art. 11 – As compras e contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços previsto no art.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, poderão adotar a modalidade de pregão, conforme regulamento específico."

Visto que as previsões até então existentes não eram suficientes para dar efetividade a utilização do Sistema de Registro de Preços pela Administração Pública, alguns regulamentos passaram a ser editados pela União, prevalecendo o mais atual deles, qual seja, Decreto Federal nº. 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

Conforme mencionado diploma, vários são os requisitos para que a Ata de Registro de Preços possa ser aderida por outro ente da Administração não participante da licitação.

No art. 3º temos as hipóteses nas quais o SRP poderá ser adotado, vejamos:

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

- I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou
- IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Já no art. 5º pode ser verificado que o legislador se preocupou em estabelecer as obrigações que devem ser adotadas pelo órgão gerenciador, nesse sentido transcreve-se o dispositivo na íntegra:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

Art. 5º Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

I - registrar sua intenção de registro de preços no Portal de Compras do Governo federal;

II - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - promover atos necessários à instrução processual para a realização

do procedimento licitatório;

IV - realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes, inclusive nas hipóteses previstas nos §§ 2º e 3º do art. 6º deste Decreto; (Redação dada pelo Decreto nº 8.250, de 2.014)

V - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou projeto básico;

Tomando ainda o Decreto nº 7.892/2013 como referência, a primeira condição a ser atendida será que a ata à qual se pretende aderir tenha reservado quantitativo do objeto para ser adquirido por órgãos não participantes. Essa condição está prevista no art. 9º, inc. III, do Decreto nº 7.892/2013 e, segundo o Plenário do TCU:

“a falta de estimativa prévia, no edital, das quantidades a serem adquiridas por não participante impede a adesão desses entes a atas de registro de preços conformadas após o início da vigência do novo Decreto 7.892/2013. (TCU, Acórdão nº 855/2013, Plenário, Rel. Min. José Jorge, 10.04.2013.)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

No caso em tela a licitação realizada pelo Estado do Paraná visou aquisição de Equipamentos Rodoviários (Caminhões) pelos municípios, sendo assim, há reserva quantitativa do objeto para ser adquirido.

A segunda condição a ser observada consiste em obter a anuência do órgão gerenciador, ou seja, o “dono” da ata. O art. 22 do Decreto nº 7.892/2013 deixa clara a necessidade de a adesão ser precedida de anuência do órgão gerenciador.

No caso em tela o Município de Congonhinhas obteve no dia 13/04/2022, autorização expedida pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas – SEDU para contratação.

Outro requisito imposto pelo Decreto nº 7.892/2013 é a observância a determinados limites quantitativos para a adesão. De acordo com o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 22 desse regulamento, cada órgão não participante poderá contratar, por adesão, até 50% do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

No presente caso o Município pretende adquirir de 01 caminhão, enquanto a ata contém um total de 25, estando portando, dentro do que estipula o dispositivo acima.

A partir do art. 22 encontram-se os requisitos específicos para que a adesão à ata seja legítima. Assim rezam os dispositivos:

“Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****PROCURADORIA JURÍDICA**

as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 3º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes. § 4º O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 6º Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

§ 7º Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador. § 8º É vedada aos órgãos e entidades da administração pública federal a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal, distrital ou estadual.

§ 9º É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Federal."

Ademais disso, verifica-se que a vantagem quanto a adesão à Ata é inquestionável, uma vez que a Administração está evitando a elaboração de mais um processo administrativo complexo, saltando etapas burocráticas e que geram gastos aos cofres públicos, fazendo, inclusive parte do Programa de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, nos termos do Decreto nº 8284 de 21 de novembro de 2017, portanto, a SEDU fará o pagamento não reembolsável no valor de R\$ 340.000,00 e o Município de Congonhinhas fará pagamento do valor de R\$ 179.968,89.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****PROCURADORIA JURÍDICA**

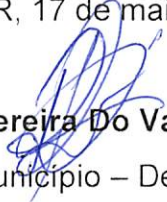
No que concerne a documentação apresentada pela empresa para a formalização da contratação, entendo suficiente para conceder a legalidade necessária à contratação.

3. CONCLUSÃO

Ex positis, esclarecendo que o parecer jurídico tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões bem como, restrita aos aspectos jurídicos formais, observados os apontamentos contidos nesta manifestação, esta Procuradoria opina pela inexistência de óbice legal quanto a adesão à Ata de Registro de Preços elaborado dos autos do Pregão Eletrônico nº 1021/2021 – Governo Estadual.

Eis o parecer, à apreciação da autoridade consulente.

Congonhinhas/PR, 17 de maio de 2022.


Raoni Pereira Do Val Oliveira

Advogado do Município – Decreto 3.246/2021

OAB/PR nº. 87.061



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

GABINETE DO PREFEITO

Referência: Inexigibilidade de Licitação 012/2022

Solicitante: Secretaria Municipal de Serviços Públicos

Assunto: Aquisição de Caminhão 6x2 equipado com Caçamba Basculante, fab/mod 2021/2021, novo, zero km, marca Mercedes Benz, modelo 2426/36, motor MB/OM 926 LD, 06 (seis) cilindros com 256 CV de potência, direção hidráulica, transmissão 6 (seis) marchas à frente 01 (uma) ré, pneus radiais 275/80 R22,5, PTB de 23.000kg (homologado), ar condicionado, rádio USB, vidros e trava elétrica, equipado com caçamba basculante de 10,0m³, construída em aço SAE1020, ASTM A-36 OU SAC-350.

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS - PARANÁ, usando das suas atribuições legais, tendo em vista a existência de dotação orçamentária (conforme consta da certidão nº. 134/2022), havendo Parecer Jurídico pela viabilidade jurídica de prosseguimento da contratação direta, estando o processo formalmente em ordem e havendo possibilidade legal de se proceder à contratação, acata o parecer jurídico exarado, **RATIFICA** a inexigibilidade de licitação e autoriza a lavratura do instrumento contratual que se fizer necessário para contratação/adesão.

Encaminhe-se o procedimento à Comissão de Licitação para as providências necessárias.

Congonhinhas (PR), 17 de maio de 2022.

JOSE OLEGARIO
RIBEIRO
LOPES:04209982920

Assinado de forma digital por JOSE OLEGARIO
RIBEIRO LOPES:04209982920
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF
A3, ou=EM BRANCO, ou=12494298000112,
ou=PRESENCIAL, cn=JOSE OLEGARIO RIBEIRO
LOPES:04209982920
Dados: 2022.05.17 16:11:15 -03'00'

José Olegário Ribeiro Lopes

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Congonhinhas - PR

REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico Nº 05/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2022

DO OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de locação de colírio, resina de cáries, material de acesso para equipamentos médicos, para atender o Hospital Municipal São Francisco VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL: R\$ 236.745,00 (Duzentos e trinta e seis mil e setecentos e quarenta e cinco reais).

DECISÃO: Havendo a necessidade da alteração da descrição dos itens relacionados ao certame, visando classificação dos itens por lote, assim sendo por razões acima descritas, declara REVOGADA a presente Licitação Congonhinhas, 16 de maio de 2022.

Aparecido Renato Honório
Secretário Municipal de Saúde - Gestor do FMS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 084/2022

PROCESSO Nº 051/2022

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 016/2022

CONTRATANTE: Município de Congonhinhas
CONTRATADO: INAPACAPACITACAO E TREINAMENTO LTDA
OBJETO: 10) Prestação de serviço de instrução e a contratação de serviços de treinamento, visando a capacitação dos servidores públicos.

VALOR TOTAL: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)

PRazo de execução: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital e de 45 dias, com início na data de 05/05/2022 e encerramento em 19/06/2022, e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1º, da Lei nº 8.666 de 1993.

FORO: Comarca de Congonhinhas, Estado do Paraná
DATA DA ASSINATURA: Congonhinhas, 25 de abril de 2022. (a.) José Olegário Ribeiro Lopes - Prefeito Municipal.

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 042/2021

PROCESSO Nº 039/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2021

PARTES: Município de Congonhinhas e a Empresa OLIVEIRA & ROCHA - CLÍNICA SERVIÇOS LTDA

CLAUSULA PRIMEIRA: O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de inspeção de saúde pública, a serem prestados por médico com especialização em Medicina do Trabalho, abrangendo os servidores ativos e inativos, do poder executivo e legislativo, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

CLAUSULA SEGUNDA: Com base no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e alterações, a cláusula SEGUNDA, item 2º do Contrato original, fica prorrogado o prazo de execução do objeto do contrato em quinze (15) meses ou seja, até a data de 28/05/2023.

CLAUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato original.

As partes, de pleno acordo, assinam o presente Aditamento de Contrato, com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produzam os seus efeitos legais.

DATA DA ASSINATURA: Congonhinhas, 12 de maio de 2022. (a.) José Olegário Ribeiro Lopes - Prefeito Municipal.

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2022

PROCESSO Nº 001/2022 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2022

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Congonhinhas

CONTRATADO: NORTE SUL SERVIÇOS DE SAÚDE EIRELI

CLAUSULA PRIMEIRA: O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de Clínicas médicas clínicas gerais, cada médico com carga horária de 40 horas semanais, na equipe de ESG do município, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

CLAUSULA SEGUNDA: Com base no Artigo 57, § 4º, da Lei nº 8.666/1993, o Contrato original, fica prorrogado o prazo de execução do objeto contratual, por mais 90 (noventa) dias, sendo até a data 01 de setembro de 2022.

CLAUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato original.

As partes, de pleno acordo, assinam o presente Aditamento de Contrato, com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produzam os seus efeitos legais.

DATA DA ASSINATURA: Congonhinhas, 17 de maio de 2022. (a.) Aparecido Renato Honório - Secretário Municipal de Saúde e Gestor do FMS

RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 039/2022

LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2022

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 04/05/2022

HOMOLOGAÇÃO: 10/05/2022

A Pregoeira designada Sr. Franciele Aparecida da Cruz e o Prefeito Municipal Sr. José Olegário Ribeiro Lopes, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 10.520/2002, após analisado e homologado o Pregão acima especificado, resolvem ADJUDICAR e HOMOLOGAR a presente licitação nos termos:

OBJETO: Aquisição de brinquedos pedagógicos para as CMEIs da Rede Municipal de Ensino e para a Equipe Psico-avaliativa VENCEDORES: SHELIA PRISCILA CASTELHON DE DEUS, Item 1.56.10.11.12.13.

Valor total: R\$ 3.273,84 (três mil duzentos e vinte e três reais e oitenta e quatro centavos).

DOMINIO COMERCIO DE BRINQUEDOS PEDAGOGICOS LTDA, Item 2.3.4.7.8.9.

Valor total: R\$ 4.991,88 (quatro mil novecentos e noventa e um reais e oitenta e oito centavos).

RMMI SPORTS COMERCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS EIRELI, Item 14.

Valor total: R\$ 933,00 (novecentos e trinta e três reais).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 90 (noventa) dias. Congonhinhas, 19 de maio de 2022.

Franciele Aparecida da Cruz - Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2021

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo Nº 017/2021

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2021

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONGONHINHAS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Vereador Gerson Aparecido Borges, nº 250, Centro, inscrita no CNPJ sob nº 09.660.468/0001-87, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde, Sr. Renato Aparecido Honório, inscrito no CPF/MF sob nº 065.39-17, portador da cédula de identidade RG nº 4.993.252-1, SSP/PR, residente e domiciliado na Avenida paraatitubom Santa Maria, Congonhinhas/PR. E a empresa CIRURGICA NOSSA SENHORA EIRELI - EPP inscrita no CNPJ/MF sob nº 24.586.988/0001-80, sediada na Rua Pavão, 540 - Jardim Bandeirantes em Arapongas, Estado do Paraná, CEP. 86.703-250, Tel. (43) 325.29917. E-mail: cirurgicasenhora@hotmail.com, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Rômulo Diego Rodrigues Salgado, portador da Carteira de Identidade nº 89147823, expedida pela SESP/PR, e CPF nº 055.148.079-25.

DO OBJETO: A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de materiais de consumo hospitalares para a Unidade de Atendimento (Hospital Municipal), Unidade Básica de Saúde e Farmácia da Unidade Básica de Saúde, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nos itens 106.110 com fundamento no art. 17 do Decreto nº 7.933 de 2013, item 6.2 da Ata de Registro de Preços nº 035/2021 e Despacho de Autorização datado de 10/05/2022, ficando vigente os seguintes valores:

DECRETO Nº 130/2022 de 11 de Maio de 2022

Revoga o Pregão 022/2021, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Congonhinhas e a autorização contida na Lei Municipal nº 112/2021 de 17 de Dezembro de 2021. DECRETO

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Edital nº 016/2022, para a aquisição de materiais de consumo hospitalares, no valor de R\$ 211.625,98, conforme especificações anexas.

Art. 2º - O presente Edital tem como objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de: PNEUS, Câmaras e Protetores, atendendo as necessidades do Município, suas Secretarias e Departamentos, descritas no ANEXO I do Edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos.

Art. 3º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 4º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 5º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 6º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 7º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 8º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 9º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 10º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 11º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 12º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 13º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 14º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 15º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 16º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 17º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 18º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 19º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 20º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 21º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 22º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 23º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 24º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 25º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 26º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 27º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 28º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 29º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 30º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 31º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 32º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 33º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 34º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 35º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 36º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 37º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 38º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 39º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 40º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 41º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 42º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 43º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 44º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 45º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 46º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr. Alcides de Barros Tostes, 420 - Centro - Nova Fátima/PR, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas, ou pelo site: www.novafatima.pr.gov.br/e-proc/licitacaoconfor@gmail.com

Art. 47º - O Edital poderá ser retirado junto à sede do Município (Setor de Compras e Licitações) sito à Rua Dr.

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº087/ 2022 PMCONGONHINHAS

CONTRATANTE: O Município de **CONGONHINHAS**, pessoa jurídica de direito público, com sede na **AV. DR. DAVI XAVIER DA SILVA, 266**, inscrito no CNPJ nº **75.825.828/0001-88**, representado neste ato pelo(a) Sr(a) **JOSÉ OLEGÁRIO RIBEIRO LOPES**, em pleno exercício de seu mandato e funções.

CONTRATADA: **SAVANA COM. DE VEÍCULOS LTDA - S JOSÉ DOS PINHAIS**, inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º **24.706.364/0001-50**, com sede no(a) **Rodovia do Contorno Leste, BR 116, nº 5616 - Quis, São José dos Pinhais - PR**, neste ato representado por **EUGENIO RAMIRO DA SILVA FILHO**, inscrito(a) no CPF sob o n.º **998.183.377-00**, portador(a) da carteira de identidade n.º **845020**, residente e domiciliado no(a) **Rodovia Contorno Leste BR 116, nº 5.615. loja 02, Quississana, São José dos Pinhais - PR**, e-mail **jeniffer@savana.com.br** e telefone **041-992357761**.

1 OBJETO:

Aquisição de equipamentos rodoviários (caminhões), conforme descrito no Termo de Referência (Anexo I do Edital) sendo:

1.1 Aquisição de Equipamento(s) Rodoviário(s) sendo: Lote 1 - 01 (UM) CAMINHÃO 6x2 equipado com CAÇAMBA BASCULANTE, Fabricação/Modelo 2021/2021, novo, zero km, marca Mercedes Benz, modelo 2426/36, motor MB/OM 926 LA, 06 (seis) cilindros com 256 CV de potência, direção hidráulica, transmissão com 6 (seis) marchas à frente e 01 (uma) ré, pneus radiais 275/80R22,5, PBT de 23.000 kg (homologado), ar condicionado, rádio, USB, vidros e travas elétrica, equipado com caçamba basculante de 10,0 m³ construída em aço SAE1020, ASTM A-36 ou SAC-350 caixa de carga espessura 1/4, (frontal, assoalho, laterais e tampa traseira) confeccionada em chapa de aço estrutural, tomada de força, caixa de ferramentas, para-choques traseiro de acordo com a resolução 152/03 do CONTRAN, tanque cheio, emplacado e licenciado em nome do Município com placas devidamente fixadas, lacradas e todas as taxas quitadas para permissão legal de trânsito, garantia de 24 meses da entrada em operação e demais características técnicas constantes no MODELO 07 anexo II do edital - (Procedimento Licitatório - PE 1021/2021 - SRP-SEAP/DEAM - Lote 2).

2 FUNDAMENTO:

Este Contrato decorre do Pregão Eletrônico nº 1021/2021, objeto do processo administrativo protocolo nº 17.826.006-5, com homologação publicada no Diário Oficial do Estado nº 11112, de 07/02/2022.

3 FORMA DE FORNECIMENTO:

O(s) bem(ns) deverá(ão) ser fornecido(s), no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da assinatura do contrato.



4 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste Contrato.

4.2 O valor total do Contrato é de R\$ **519.968,89 (quinhentos e dezenove mil e novecentos e sessenta e oito reais e oitenta e nove centavos)**.

4.3 No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do Contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

5 DA RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

5.1 A responsabilidade pela gestão deste Contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 5.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 72 do Decreto Estadual n.º 4.993/2016.

5.2 A responsabilidade pela fiscalização do presente Contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 5.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos art. 73 e 74 do Decreto Estadual nº 4.993/2016.

5.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do Contrato serão designados por Portaria do Contratante.

5.4 As partes designarão prepostos credenciados para coordenar e acompanhar as atividades, ações e resoluções de assuntos de sua responsabilidade, referente à execução deste Contrato, observadas as seguintes condições e formalidades mínimas:

a) os prepostos credenciados poderão realizar esclarecimentos, complementações e solucionar divergências, desde que não alterem este Contrato, em reuniões documentadas em atas e assinadas pelos credenciados;

b) todas as comunicações sobre a execução deste Contrato serão formalizadas por escrito e dirigidas ao preposto credenciado da outra parte, ressalvados os entendimentos verbais, determinados pela urgência dos trabalhos, que serão, logo após, reduzidos a termo;

c) a gestão e a fiscalização serão exercidas pelo órgão ou entidade Contratante, que avaliará os bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

5.5 Caberá a SEDU com apoio do Paranacidade supervisionar e/ou anular, por si ou por delegação de poderes, o recebimento do(s) bem(ns) pelo Contratante.

6 PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

6.1 Quando da assinatura do contrato serão indicados endereço, telefone de contato, nome do servidor(es) e/ou comissão a ser designada pelo executivo do Município pelo recebimento no horário de expediente de cada Município. Os bens entregues deverão estar de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

6.2 O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no Termo de Referência.

6.3 O recebimento definitivo será feito no prazo de até 30 (trinta) dias da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências.

6.4 O Contratante devolverá o(s) item(ns) ou unidade(s) que não for(em) aceito(s) em



razão de defeito(s) ou que não estiver(em) de acordo com a proposta ou com o edital, tendo o(a) Contratado(a) o prazo de até 30 (trinta) dias para substituí-lo(s), conforme termo de referência.

6.5 A(s) contratada(s) deverá(ão) entregar o(s) Caminhão(ões), devidamente licenciado(s), emplacado(s) e com o(s) tanque(s) cheio(s), emplacadas e licenciadas em nome do órgão público adquirente, com placas identificadas devidamente fixadas e lacradas sendo que deverão estar quitadas todas as taxas veiculadas à permissão para trânsito legal dos veículos.

6.6 O licitador não se responsabilizará pelo armazenamento, guarda ou por danos causados ao equipamento entregue e rejeitado pelo(s) técnico(s).

6.7 Compete a SEDU com apoio do Paranáidade validar o termo de recebimento provisório e definitivo.

7 FONTE DE RECURSOS:

7.1 A despesa correrá por conta da dotação orçamentária **6702.15.451.01.5058.4.4.40.42.01**, elemento de despesa **4.4.40.42.01**, fonte **100**, com a seguinte composição: **Recursos não reembolsáveis provenientes da SEDU no valor de: R\$340.000,00; complementando com recursos do Município, na forma de Contrapartida Municipal, no valor de: R\$179.968,89**, por conta da dotação orçamentária **312-08.001.15.452.0015.1018.4.4.90.52.00**.

8 VIGÊNCIA:

8.1 O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados de **17/05/2022** a **17/05/2023**, adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários nos termos do artigo 103 da Lei nº 15608/2007.

9 PAGAMENTO:

9.1 Os pagamentos serão feitos no prazo máximo de 30 (trinta) dias da apresentação da nota fiscal atestada e do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

9.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

9.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

9.3 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;



[Handwritten signatures and initials]

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = (6/100)$

365

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

9.4 A multa, de 10% (dez por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, será aplicada no caso de inexecução total ou parcial do contrato.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

10.1 As partes obrigam-se a adotar todas as providências para a fiel execução deste Contrato.

10.2 O Contratado obriga-se especialmente a:

10.2.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de garantia ou validade, número da licitação, número do contrato, e acompanhado do catálogo de peças de reposição, enumeradas e ordenadas com seus códigos de fabricante (impresso ou meio magnético), manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada quando cabível;

10.2.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990);

10.2.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.2.4 providenciar a substituição do bem entregue e rejeitado que não atenda às especificações técnicas do objeto licitado, no prazo fixado no termo de referência;

10.2.5 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.2.6 indicar preposto para representá-la durante a execução do Contrato;

10.2.7 manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.2.8 manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.2.9 o Contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

10.2.10 responsabilizar-se pelo armazenamento, guarda ou por danos causados ao equipamento entregue e rejeitado pelo(s) técnico(s);

10.2.11 garantir a qualidade do equipamento contra defeitos mecânicos pelo período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses e oferecer treinamento para operação do(s) mesmo(s) (se necessário);



10.2.12 durante o prazo de garantia de 24 (vinte e quatro) meses, caso não seja possível a solução do problema no próprio local onde se encontre o equipamento e havendo a necessidade de transporte para oficina própria da proponente, fica sob responsabilidade da CONTRATADA todo ônus com transporte, locomoção, alimentação, hospedagem e outros que por ventura se fizerem necessários à perfeita solução do problema;

10.2.13 assegurar durante o período da garantia de 24 (vinte e quatro) meses, às suas expensas, e após a garantia, pelo prazo mínimo 60 (sessenta) meses, às expensas do CONTRATANTE, as alterações, substituições e reparos de toda e qualquer peça que apresente anomalia, vício ou defeito de fabricação, bem como, falhas ou imperfeições constatadas em suas características de operação, sob pena, de aplicação da penalidade prevista no item 11.;

10.2.14 após o período de garantia de 24 (vinte e quatro) meses a CONTRATADA fica obrigada, às expensas da CONTRATANTE, por prazo não inferior a 60 (sessenta) meses, disponibilizar Assistência Técnica no Estado do Paraná.

10.2.14.1 A empresa vencedora do certame deverá apresentar, no ato da assinatura deste contrato, a relação da(s) Assistência(s) Técnica(s) autorizada(s) no Estado do Paraná.

10.2.15 realizar os reparos e/ou reposição de peças, indispensáveis para o uso do equipamento, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de comunicação do evento pela Contratante;

10.2.16 providenciar a substituição do(s) objeto(s) licitado(s), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de comunicação do evento pela Contratante;

10.2.17 entregar o(s) equipamento(s) com a logo do programa, conforme modelo fornecido.

10.3 O Contratante obriga-se a:

10.3.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;

10.3.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.3.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.3.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção, conforme termo de referência;

10.3.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de servidores especialmente designados;

10.3.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos;

10.3.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.3.8 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 PENALIDADES:

11.1 O Contratado que incorra em infrações, sujeitam-se às seguintes sanções administrativas:

a) advertência;

b) multa;



c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

e) impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

11.2 As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" e "e" do item anterior poderão ser aplicadas ao adjudicatário e ao Contratado, cumulativamente com a multa.

11.3 Advertência será aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e de contratação.

11.4 A multa, de 0,1% (zero vírgula um por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do lote no qual participou, será aplicada a quem:

a) retardar ou impedir o andamento do procedimento licitatório;

b) não mantiver sua proposta;

c) apresentar declaração falsa;

d) deixar de apresentar documento na fase de saneamento.

11.5 A multa, de 0,1% (zero vírgula um por cento) até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou foi arrematante, será aplicada a quem:

a) apresentar documento falso;

b) de forma injustificada, deixar de assinar a Ata de Registro de Preços, o Contrato ou instrumento equivalente;

c) foi advertido e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s).

11.6 Multa de mora diária de até 0,3% (zero vírgula três por cento), calculada sobre o valor global do Contrato, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega do objeto contratual; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia será cabível a multa compensatória prevista no item 11.7.

11.7 A multa, de 10% (dez por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, será aplicada no caso de inexecução total ou parcial do Contrato.

11.8 A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, será aplicada ao licitante que:

a) abandonar a execução do Contrato;

b) incorrer em inexecução contratual.

11.9 A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será aplicada a quem:

a) fizer declaração falsa na fase de habilitação;

b) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;

c) afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;

e) tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude



fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

f) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial, infrações à ordem econômica definidos na Lei Federal nº 12.529/2011;

g) tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

11.10 O impedimento de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será aplicado a quem:

a) recusar-se injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, a assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido neste edital;

b) deixar de entregar documentação exigida para o certame;

c) apresentar documentação falsa;

d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

e) não manter a proposta;

f) falhar ou fraudar na execução do Contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo, fora das hipóteses da cláusula 11.9;

h) cometer fraude fiscal.

11.11 Cabe ao órgão e/ou entidade contratante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nas Ata de Registro de Preços ou no instrumento contratual, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.

11.11.1 Na hipótese do item 11.11, a autoridade máxima do órgão e/ou entidade contratante é a autoridade competente para impor as penalidades previstas no item 11.1, alíneas “c”, “d” e “e”.

11.12 Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com a Administração ou da declaração de inidoneidade:

a) às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

b) as pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas na alínea “a”.

11.13 Na aplicação das sanções, a Administração observará as seguintes circunstâncias:

a) proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;

b) os danos resultantes da infração;

c) situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;

d) reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza após aplicação da sanção anterior; e



e) circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração.

11.14 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Estadual nº 15.608/2007, da Lei Federal n.º 10.520/2002 e da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.15 Sem prejuízo das penalidades previstas nas cláusulas anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846/2013, regulamentada, no âmbito do Estado do Paraná, pelo Decreto Estadual nº 10.271/2014.

11.16 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

11.17 Todas as penalidades descritas neste Contrato somente serão efetivamente aplicadas após instauração de regular processo administrativo.

11.18 Após decisão definitiva proferida no processo administrativo, as multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta da Administração, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, sob pena de seu valor ser descontado da garantia do Contrato ou do documento de cobrança, na ocasião do pagamento, podendo, ainda, ser exigida judicialmente.

12 CASOS DE RESCISÃO:

12.1 O presente instrumento poderá ser rescindido:

a) por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII a XX do art. 129 da Lei Estadual n.º 15.608/2007;

b) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no respectivo procedimento administrativo, desde que haja conveniência para a Administração; ou

c) judicialmente, nos termos da legislação.

12.2 No caso de rescisão amigável, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

12.3 Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

12.4 O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de rescisão administrativa por inexecução total ou parcial deste Contrato.

13 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

13.1 Este Contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas no art. 112 da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

13.1.1 O Contratado está obrigado a aceitar acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

13.2 É admissível a continuidade do Contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;



- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; e
 c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

13.3 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao Contrato.

13.4 Não será admitida a subcontratação do fornecimento.

14 DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1 Integram o presente Contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

14.2 Este Contrato é regido pela Lei Estadual n.º 15.608/2007, pela Lei Federal n.º 10.520/2002 e, subsidiariamente, pela Lei Federal n.º 8.666/1993 e demais leis estaduais e federais sobre Contratos administrativos, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente Contrato.

14.3 O Contratante enviará o resumo deste Contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná.

14.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca de **Congonhinha**, Estado do Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Congonhinhas, 17 de maio 2022

Contratante: Município de **Congonhinhas**

José Olegário Ribeiro Lopes
 Prefeito Municipal de
 Congonhinhas

Contratado: **SAVANA COM. DE VEÍCULOS LTDA - S José dos Pinhais**

Eugenio Ramiro da Silva Filho
 Diretor Comercial
 Savana Comércio de Veículos Ltda

Testemunhas

1 – Nome, RG ou CPF/MF: **Ana Célia de Almeida**
RG.8.632.464-4-PR
CPF. 053.086.089-97

2 – Nome, RG ou CPF/MF: **Jeferson do Nascimento Pena**
RG.12.420.313-9-PR
CPF.079.997.029-86

EM BRANCO

EM BRANCO

   ¹⁰ 

EXTRATO DO CONTRATO Nº 087/2022 - PMCongonhinhas

CONTRATANTE: O Município de **CONGONHINHAS**, pessoa jurídica de direito público, com sede na **AV. DR. DAVI XAVIER DA SILVA, 266**, inscrito no CNPJ nº **75.825.828/0001-88**, representado neste ato pelo(a) Sr(a) **JOSÉ OLEGÁRIO RIBEIRO LOPES**, em pleno exercício de seu mandato e funções.

CONTRATADA: **SAVANA COM. DE VEÍCULOS LTDA - S JOSÉ DOS PINHAIS**, inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º **24.706.364/0001-50**, com sede no(a) **Rodovia do Contorno Leste, BR 116, nº 5616 - Quis, São José dos Pinhais - PR**, neste ato representado por **EUGENIO RAMIRO DA SILVA FILHO**, inscrito(a) no CPF sob o n.º **998.183.377-00**, portador da carteira de identidade n.º **845020**, residente e domiciliado no(a) **Rodovia Contorno Leste BR 116, nº 5.615. loja 02, Quississana, São José dos Pinhais - PR**, e-mail **jeniffer@savana.com.br** e telefone **041-992357761**.

OBJETO: Fornecimento de **Aquisição de Equipamento(s) Rodoviário(s)** sendo: **Lote 1 - 01 (UM) CAMINHÃO 6x2 equipado com CAÇAMBA BASCULANTE, Fabricação/Modelo 2021/2021, novo, zero km, marca Mercedes Benz, modelo 2426/36, motor MB/OM 926 LA, 06 (seis) cilindros com 256 CV de potência, direção hidráulica, transmissão com 6 (seis) marchas à frente e 01 (uma) ré, pneus radiais 275/80R22,5, PBT de 23.000 kg (homologado), ar condicionado, rádio, USB, vidros e travas elétrica, equipado com caçamba basculante de 10,0 m³ construída em aço SAE1020, ASTM A-36 ou SAC-350 caixa de carga espessura 1/4, (frontal, assoalho, laterais e tampa traseira) confeccionada em chapa de aço estrutural, tomada de força, caixa de ferramentas, para-choques traseiro de acordo com a resolução 152/03 do CONTRAN, tanque cheio, emplacado e licenciado em nome do Município com placas devidamente fixadas, lacradas e todas as taxas quitadas para permissão legal de transito, garantia de 24 meses da entrada em operação e demais características técnicas constantes no MODELO 07 anexo II do edital - (Procedimento Licitatório - PE 1021/2021 - SRP-SEAP/DEAM - Lote 2).**

RECURSOS: A despesa correrá por conta da dotação orçamentária **6702.15.451.01.5058.4.4.40.42.01**, elemento de despesa **4.4.40.42.01**, fonte **100**, com a seguinte composição: **Recursos não reembolsáveis provenientes da SEDU no valor de: R\$340.000,00; complementando com recursos do Município, na forma de Contrapartida Municipal, no valor de: R\$179.968,89, por conta da dotação orçamentária 312-08.001.15.452.0015.1018.4.4.90.52.00.**

FATURAMENTO: deverá ser apresentado e protocolado, em 01 (uma) via, na sede do **CONTRATANTE**.

APLICAÇÃO DE MULTA: Compete à autoridade superior do **CONTRATANTE**, quando for o caso, a aplicação ou a dispensa de penalidades/multas.



PRAZO DE FORNECIMENTO: 180(cento e oitenta) dias contados a partir da data da assinatura do Contrato.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura.

FORO: Comarca de **Congonhinhas**, Estado do Paraná.

CONGONHINHAS, 17 de maio e2022.

EM BRANCO



Prefeitura Municipal de Uraí - PR

DECRETO Nº050/2022

Súmula: "Dispõe sobre a exoneração do ocupante em CONCURSO PÚBLICO, pelo edital 01/2016 do Município de Uraí, Estado do Paraná, e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Uraí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonera da pedido, a servidora ocupante em CONCURSO PÚBLICO, aberto pelos editais 01/2016, abaixo relacionado:

ENFERMEIRO(a):

SHAIENE LUCIANETTE PEREIRA DE SOUZA CPF: 056.455.109-09

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2022, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Uraí, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois.

Angelo Tarantini Filho

Prefeito do Município de Uraí

Registrado e Publicado na Secretaria do Gabinete da Prefeitura do Município de Uraí, Estado do Paraná aos dois dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois.

EXTRATO DE RESCISÃO AMIGÁVEL - ITEM DE CONTRATO REFERENTE A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ADMINISTRATIVO Nº 169/2021 PROCESSO LICITATÓRIO PRGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2021 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE URAÍ - PR - RUA RIO DE JANEIRO, Nº 496. CONTRATADA: BRUNO SILVESTRI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO - EPP - CNPJ 29.210.964/0001-46. OBJETO: RESCINDIR O ITEM VALUTA DE DESCARGA 1/4" ACABAMENTO - MARCA: BLUXIT PADRÃO DOCOL. LOTE 349 - ITEM 01 - CÓDIGO DO PRODUTO 19485. MOTIVO: CONFORME DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE Nº 67/2022, NA QUAL O SETOR DO EXECUTIVO DECIDE PELO INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE RESCISÃO DO CONTRATO APRESENTADO PELA EMPRESA, E DEFERIR O PEDIDO DE RESCISÃO DO ITEM 01, LOTE 349. COM APLICAÇÃO DA RESCISÃO AMIGÁVEL DE ITEM DO CONTRATO DATA DA ASSINATURA DA RESCISÃO AMIGÁVEL: 31/05/2022

LUIZ GUILHERME CARDAMONE TREVISANI
FISCAL DE CONTRATO

ANGELO TARANTINI FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

TERSAN CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA torna público que requereu ao INSTITUTO ÁGUA E TERRA-IAT - a Licença Prévia-LP para fabricação de concreto betuminoso usinado/quente a ser instalada no Sítio Água Viva, Bairro Catupiry, em Cornélio Procopio. Não foi determinado Estudo de Impacto Ambiental

Prefeitura Municipal de Congonhinhas - PR

EXTRATO DO CONTRATO Nº 087/2022 - PM Congonhinhas

CONTRATANTE: O Município de CONGONHINHAS, pessoa jurídica de direito público, com sede na AV. DR. DAVI XAVIER DA SILVA, 266, inscrito no CNPJ nº 75.825.828/0001-88, representado neste ato pelo(a) Sr(a) JOSÉ OLEGÁRIO RIBEIRO LOPES, em pleno exercício de seu mandato e funções.

CONTRATADA: SAVANA COM. DE VEÍCULOS LTDA - S JOSÉ DOS PINHAIS, inscrito no CNPJ/CPF sob o nº 24.706.364/0001-50, com sede no(a) Rodovia do Contorno Leste, BR 116, nº 5616 - Quis, São José dos Pinhais - PR, neste ato representado por EUGENIO RAMIRO DA SILVA FILHO, inscrito(a) no CPF sob o nº 998.183.377-00, portador da carteira de identidade nº 845020, residente e domiciliado no(a) Rodovia Contorno Leste BR 116, nº 5.615, loja 02, Quississana, São José dos Pinhais - PR, e-mail jeniffer@savana.com.br e telefone 041-992357761.

OBJETO: Fornecimento de Aquisição de Equipamento(s) Rodoviário(s) sendo: Lote 1 - 01 (UM) CAMINHÃO 6x2 equipado com CAÇAMBA BASCULANTE, Fabricação/Modelo 2021/2021, novo, zero km, marca Mercedes Benz, modelo 2426/36, motor MB/OM 926 LA, 06 (seis) cilindros com 256 CV de potência, direção hidráulica, transmissão com 6 (seis) marchas à frente e 01 (uma) ré, pneus radiais 275/80R22,5, PBT de 23.000 kg (homologado), ar condicionado, rádio, USB, vidros e travas elétricas, equipado com caçamba basculante de 10,0 m³ construída em aço SAE1020, ASTM A-36 ou SAC-350 caixa de carga espessura 1/4, (frontal, assoalho, laterais e tampa traseira) confeccionada em chapa de aço estrutural, tomada de força, caixa de ferramentas, para-choques traseiro de acordo com a resolução 152/03 do CONTRAN, tanque cheio, emplacado e licenciado em nome do Município com placas devidamente fixadas, lacradas e todas as taxas quitadas para permissão legal de trânsito, garantia de 24 meses da entrada em operação e demais características técnicas constantes no MODELO 07 anexo II do edital - (Procedimento Licitatório - PE 1021/2021 - SRP-SEAP/DEAM - Lote 2).

RECURSOS: A despesa correrá por conta da dotação orçamentária 6702.15.451.01.5058.4.4.40.42.01, elemento de despesa 4.4.40.42.01, fonte 100, com a seguinte composição: Recursos não reembolsáveis provenientes da SEDU no valor de: R\$340.000,00; complementando com recursos do Município, na forma de Contrapartida Municipal, no valor de: R\$179.968,89, por conta da dotação orçamentária 312-08.001.15.452.0015.1018.4.4.90.52.00.

FATURAMENTO: deverá ser apresentado e protocolado, em 01 (uma) via, na sede do CONTRATANTE.

APLICAÇÃO DE MULTA: Compete à autoridade superior do CONTRATANTE quando for o caso, a aplicação ou a dispensa de penalidades/multas.

PRAZO DE FORNECIMENTO: 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data da assinatura do Contrato.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura.

FORO: Comarca de Congonhinhas, Estado do Paraná.

CONGONHINHAS, 17 de maio de 2022



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
AV.: GENERAL OSÓRIO, 390 - CAIXA POSTAL, 08 - CNPJ 80.924.772/0001-59
FONE/FAX (43) 3270-1620 - CEP 86225-000 - SANTA CECÍLIA DO PAVÃO - PR

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2017
CONTRATANTE: SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

CONTRATADA: DOMINUS - SANTA CECÍLIA LTDA
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação excepcional por 30 (trinta) dias do Contrato nº 007/2017, ou quando da conclusão do Processo Administrativo nº 019/2022, o que vier a ocorrer primeiro.
VIGÊNCIA: Fica prorrogado a vigência do Contrato nº 007/2017 até 30/06/2022, ou quando da conclusão do Processo Administrativo nº 019/2022, o que vier a ocorrer primeiro.
FUNDAMENTO LEGAL: A alteração contratual de que trata este instrumento é baseada no § 4º do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas as demais cláusulas do contrato original. DATA: 31/05/2022
EDIMAR COVRE - DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2017
CONTRATANTE: SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

CONTRATADA: MERCEARIA MONTEIRO LTDA ME
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação excepcional por 30 (trinta) dias do Contrato nº 008/2017, ou quando da conclusão do Processo Administrativo nº 019/2022, o que vier a ocorrer primeiro.
VIGÊNCIA: Fica prorrogado a vigência do Contrato nº 008/2017 até 30/06/2022, ou quando da conclusão do Processo Administrativo nº 019/2022, o que vier a ocorrer primeiro.
FUNDAMENTO LEGAL: A alteração contratual de que trata este instrumento é baseada no § 4º do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas as demais cláusulas do contrato original. DATA: 31/05/2022
EDIMAR COVRE - DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE

A CIDADE REGIONAL

BRENO JORDÃO EDITORA - ME
CNPJ: 10.172.879/0001-02

Rua Rio de Janeiro, 125 - Centro
Cornélio Procopio - Paraná

(43) 3524-1303

(43) 98828-9714

bjfinanceiro@onda.com.br

jornalacidaderegional.com.br

Diretor Proprietário
Jornalista Breno Jordão - Mtb 8.325 PR

Diretora
Jornalista Emília Rosa Pereira Jordão - Mtb 8.853 PR

Colaboradores: DIVERSOS

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não representam, necessariamente, a opinião da direção deste jornal.

Circulação na região norte do Paraná

Filiado a
ADJORNIBR
JORNAL DO INTERIOR